

UNIVERSIDADE ABERTA



**REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM *MEMORIAL DO CONVENTO* E
PONCIÁ VICÊNCIO: AS TRAJETÓRIAS DE BLIMUNDA E PONCIÁ**

Felicia Luisa Augusto-Hönicke

Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa – Investigação e Ensino

2015

UNIVERSIDADE ABERTA



REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM *MEMORIAL DO CONVENTO E PONCIÁ VICÊNCIO*: AS TRAJETÓRIAS DE BLIMUNDA E PONCIÁ

Felicia Luisa Augusto-Hönicke

Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa – Investigação e Ensino

Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Doutora Rosa Maria Sequeira

2015

RESUMO

Esta dissertação se ocupa da trajetória de duas personagens femininas das obras *Memorial do Convento* (1982) de José Saramago e *Ponciá Vicêncio* (2003) de Conceição Evaristo, respectivamente Blimunda e Ponciá Vicêncio. Trata-se de sujeitos femininos do discurso ficcional que ajudam a repensar a representação feminina e negra na literatura, as construções culturais, e também as estruturas e relações que se estabelecem entre poder; sociedade e literatura.

Com base nestas reflexões, nos propomos ainda a reexaminar a formação do cânone literário em suas relações culturais, e o papel da escola como espaço de transformação social.

Palavras-chave: Gênero; etnia; literatura e dicotomias sociais.

ABSTRACT:

The aim of this dissertation has to be to the trajectory of two female characters from *Memorial do Convento* (1982) by José Saramago and *Ponciá Vicencio* (2003) by Conceição Evaristo, respectively Blimunda and Ponciá Vicencio. They are female subjects fictional discourse that help us to rethink the female and black representation in literature, cultural buildings, and also the structures and relationships established between power; society and literature.

From these considerations, we propose us to reexamine the formation of the literary canon in their cultural relations, and the role of the school as a social transformation space.

Keywords: Gender; ethnicity; literature and social dichotomies.

DEDICATÓRIA:

Paul, merecidamente e mais.
J.S. (*in memoriam*) - Om mani peme hung

AGRADECIMENTOS

Meu pai, minha mãe, meus irmãos, minha irmã, minha história, obrigada.

Agradeço à Professora Rosa Maria Sequeira: ela sabe o porquê.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. ALGUMAS NOTAS SOBRE A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS LITERATURAS DO BRASIL E PORTUGAL	9
2. O <i>MEMORIAL DO CONVENTO</i> DE JOSÉ SARAMAGO	27
2. 1. O MEMORIAL: ROMANCE HISTÓRICO?	29
2.2. A PERSONAGEM FEMININA, O ESPAÇO E O PODER.....	39
3. <i>PONCIÁ VICÊNCIO</i> DE CONCEIÇÃO EVARISTO – A PERSONAGEM FEMININA, O TEMPO E O ESPAÇO	55
4. A TRAJETÓRIA DE BLIMUNDA E PONCIÁ	85
5. A AULA DE PORTUGUÊS, A LITERATURA E A COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL	93
6. CONCLUSÃO	105
7. BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL:	109
7.1. BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA:	109

INTRODUÇÃO

*Minhas irmãs:
Mas o que pode a literatura?
Ou antes: o que podem as palavras?*

(*Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, Novas Cartas Portuguesas*).

1

O presente trabalho analisa a representação feminina nas obras *Memorial do Convento* (1982) de José Saramago e *Ponciá Vicêncio* (2003) de Conceição Evaristo, tendo como elementos centrais os dois principais personagens femininos que as compõem, respectivamente Blimunda e Ponciá Vicêncio.

A escolha do tema começou a se delinear a partir de uma reflexão sobre o “outro”, isto é, o ser marcado que tradicionalmente ocupa a posição menos privilegiada em um dado meio cultural, em oposição a algo que representa um polo dominador em uma relação hierárquica. Tal polo dominador é aqui entendido no sentido em que aponta Bourdieu, como uma ordem de força que dispensa justificação, “impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la [...] Muitas vezes já se observou que, tanto na percepção social quanto na linguagem, o gênero masculino se mostra como algo não marcado, de certa forma neutro, ao contrário do feminino, que é explicitamente caracterizado.” (Bourdieu, 2002: 09). E, como sendo não padrão – e sim o não consensual, o “outro” em contraponto ao arquétipo masculino ou, nas palavras de Simone de Beauvoir, o que “se opõe à sociedade dos homens como o essencial ao inessencial” -, são também as mulheres as que representam “a

¹ Terceira Carta V

Do livro „Novas cartas portuguesas“ de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa.

diferença, o problema e a categoria a ser observada, classificada, dissecada.” (Lang, 2004: p.108).

Neste trabalho, o “outro” é representado pela mulher em nossa sociedade: embora esta tenha alcançado em um curto período de tempo várias conquistas que vão desde o direito à educação e ao voto até sua participação em postos chave da sociedade, a sua representação literária ainda é feita em condições de inferioridade, configurando assim uma importante questão de cunho cultural que se reflete também no fazer literário. Em relação à mulher negra, a sua representação através de discursos negativamente demarcados, quando não da sua absoluta invisibilidade – não só literária – falam quase que por si só. Por este motivo, dedicaremos especial atenção a este tema no decorrer deste trabalho, já que sua situação difere basicamente daquela vivida pela mulher branca:

[...] se o motivo basilar da exclusão das mulheres brancas de funções e representação significativas no discurso dessas literaturas foi a ideologia patriarcal, a exclusão das mulheres negras pode ser atribuída a, pelo menos, outra questão além de sua identidade de gênero: a sua identidade étnico-racial. [...] Quando não invisibilizadas, as mulheres negras, nos textos desses autores, figuram em imagens nas quais são construídas como um corpo-objeto e/ou relacionadas a um passado de escravidão. (Palmeira, 2010).

Temos, deste modo, uma combinação que engloba cultura e machismo nas relações de gênero, à qual se soma a questão do racismo que atinge a mulher negra, em um processo de invisibilidade e naturalização de desigualdades. Daí, em nosso entender, a importância de estudar a forma como a mulher é representada na escrita literária.

Este trabalho tem assim, como uma de suas finalidades, contribuir para uma reflexão acerca da construção e representação feminina e negra na literatura. Para tal, utilizará como corpus os livros *Ponciá Vicêncio*, da autoria de Conceição Evaristo e cujo enredo relata a trajetória da personagem do mesmo

nome em uma época situada logo após a proclamação da abolição da escravidão, e ainda, o *Memorial do Convento*, onde se dará especial atenção à personagem Blimunda e sua trajetória. Cremos que a escolha de autores de sexos diferentes ajuda a evitar tendenciosidade ou análises reducionistas a um único prisma.

A partir de uma atitude comparatista e contrastiva abordando as categorias narrativas de tempo, espaço e personagens, e as noções de gênero, etnia, dicotomias sociais, racismo e exclusão, o objetivo principal será a reflexão sobre construções culturais e relações de poder; sociedade e literatura.

É quase incontestado o fato de que a construção de personagens femininos e negros tem obedecido, ao longo da história, a uma representação bastante estereotipada. Incontestada é também a noção de que a literatura não é apenas reflexo da realidade, mas um elemento que colabora na construção da mesma, de sua cultura e, num processo dialético, produz e reproduz condições histórico-sociais.

Desde a perspectiva dos Estudos Culturais, como salienta Tyson, textos literários são também artefatos culturais (cf. Tyson, 2006: 291)². E os Estudos Culturais propiciam um campo onde variadas disciplinas, entre elas a sociologia, a psicanálise, a antropologia, filosofia, a linguística, etc, convergem em seus interesses, encorajando à busca de outras perspectivas acerca dos processos de produção cultural, envolvida aí a Literatura, contemplando “também [a] participação (atual e histórica) de grupos que, socialmente marginalizados, não eram reconhecidos pelas suas contribuições à cultura moderna.” (Adelman, 2006: 05). Consequentemente, os Estudos Culturais mostram intercessões e novas

² A autora afirma que “the literary text and the historical situation from which it emerged are equally important because text (the literary work) and context (the historical conditions that produced it) are mutually constitutive: they create each other. Like the dynamic interplay between individual identity and society, literary texts shape and are shaped by their historical contexts”. (Tyson, 2006: 291 – 292).

abordagens que se caracterizam por serem multidisciplinares e que inserem sujeitos novos e novas problemáticas, dando visibilidade à questões que até então pareciam deixadas em um plano secundário:

Pode-se dizer que, do ponto de vista da teoria contemporânea para a qual a *doxa* do pensamento crítico pressuposto no valor da “alta textualidade” é, no mínimo, não pertinente, a literatura passa a ser vista como categoria transitiva, fenômeno histórico contextualizado no campo das formas culturais, inserida, portanto, nos modos de produção material e processos sociais concretos. Por esse viés, aprofundam-se questões sobre a relação da literatura com representações culturais, com modos de subjetivação e com a constituição de identidades, particularmente à luz do reconhecimento das relações saber/poder e poder/saber inscritos nos mecanismos de controle e legitimação do processo de construção das tradições literárias. (Schmidt, 2008: 129).

Sendo assim, a escolha deste tema tem a sua relevância por tentar contribuir para a reflexão e questionamento sobre a desmitificação de paradigmas culturais, no que se refere a questões de gênero, etnia e exclusão social, valorizando o que se encontra comumente deixado de fora da tradição, a diferença cultural e a pluralidade. Assim, questões étnicas e de cunho feminista entram na pauta do debate e merecem atenção mais detalhada.

A temática escolhida justifica-se ainda por sua conexão estratégica naquilo que se refere ao ensino: a escola é, por excelência, o espaço onde se deve discutir diferenças a fim de fomentar uma sociedade mais humana e igualitária. Não por acaso consta das diretrizes curriculares ligadas ao sistema educacional brasileiro a recomendação de que o ensino trate também de grupos tradicionalmente excluídos:

Educação consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores. [...] Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se

entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade – todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas³.

Também em Portugal, os princípios gerais que constituem as Leis de Base do Sistema Educativo ressaltam que a educação deve promover o

desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.⁴

Do mesmo modo, o Artigo 73º da Constituição Portuguesa (VII Revisão constitucional de 2005)⁵ reflete sua intencionalidade multiculturalista e refere o igual acesso de todos à educação:

1. Todos têm direito à educação e à cultura.
2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.

Vivemos em um contexto de extrema diversidade cultural, multiculturalidade e interculturalidade, e isto se reflete no campo da cultura:

³ As Diretrizes Curriculares para a Educação podem ser encontradas no endereço eletrônico: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica (online: 10.11.2013).

⁴ As Leis de Base do Sistema Educativo podem ser encontradas no endereço eletrônico: <http://dre.pt/pdfgratis/1986/10/23700.pdf> (Online em: 10.11.2013).

⁵ O texto integral pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art73> (Online em: 01.07.2014).

também no campo das artes e da literatura torna-se difícil a manutenção dos conceitos essencialistas da arte pura, já que as nuances e especificidades regionais, sociais e políticas acabam por criar novos valores estéticos. Neste sentido torna-se cada vez mais necessário aprender a reconhecer as diferenças e pluralidades, deixando de lado conceitos pretensamente unificadores e universais. Entendemos que a literatura é um poderoso instrumento que pode e deve ser usado como estratégia pelo sistema educacional para transformar e eliminar todo o tipo de discriminação dirigido àqueles que pertencem a gêneros, grupos e/ou etnias tendencialmente estigmatizados.

Dentro deste contexto, os textos escolhidos, na medida em que enfocam grupos menos favorecidos no papel de agentes sociais, cumprem papel ímpar, pois além de ajudar a desenvolver o letramento podem ser vinculados ao *currículo* a fim de impelir ao debate, provocar uma leitura atravessada por um olhar atual e crítico, promover a reflexão e funcionar como promotores de mudança, ao estimular a ruptura com modelos e práticas cristalizadas e apontar novos modos de encarar as diferenças entre grupos, seja esta diferença devido ao gênero, à etnia, condição social, etc. Entendemos que desta forma, o leitor passa a tomar papel ativo na construção de sentidos, dando assim eco às palavras de Ricœur, de acordo com quem a autonomia semântica do texto é que abre o âmbito de leitores potenciais, mas, por outro lado, é a resposta do auditório que confere importância ao texto, tornando-o por consequência, significativo (V. Ricœur, 1995: 81).

Este trabalho obedece à seguinte estrutura: o capítulo um é dedicado a uma discussão sobre a representação feminina na literatura contemporânea no Brasil e em Portugal, baseando-se sobretudo naqueles autores que fazem parte do cânone, dado que estes, por terem as obras consideradas como mais representativas acabam por ajudar na difusão de imagens estereotipadas, propagando “crenças acerca dos papéis apropriados aos homens e às mulheres” (Poeschl *et al*, 2004).

O capítulo dois trata do *Memorial do Convento* enquanto obra que se caracteriza por questionar o caráter parcial da História, e aborda também as distintas formas de poder que a trama apresenta. Neste capítulo apresentaremos, em linhas gerais, a discussão acerca da classificação do Memorial como romance histórico; a trajetória de Blimunda, onde se ressaltará sua postura transgressora, que desponta já em sua manifestação de independência, sua consciência crítica a respeito de si e do ambiente onde vive e ainda seu papel marginal na historiografia oficial em contraponto à sua importância como figura co-criadora da máquina de voar.

O capítulo três aborda a trajetória de Ponciá, personagem que é representado atravessando vários percursos durante a trama, sejam estes percursos temporais e geográficos ou simbólicos e internos, em busca de sua identidade. Neste capítulo, apresentaremos uma discussão acerca da condição da mulher negra, da sua constituição como sujeito, e ainda sobre construções identitárias em um contexto de exclusão.

O quarto capítulo é dedicado a uma análise feita de modo comparativo entre os dois textos, através de apreciações reflexivas e críticas sobre as obras como instrumentos de crítica social e de valorização do papel da mulher. A escolha das personagens como objeto de comparação deve-se a que ambas são, a seu modo, sujeitos femininos do discurso ficcional que ajudam a repensar não só as construções culturais, mas também as estruturas de poder através de suas transgressões. Com base nestas reflexões, nos propomos ainda a reexaminar a formação do cânone literário em suas relações culturais, e o papel da escola como espaço de transformação social, o que será feito no quinto capítulo antes de apresentarmos nossas conclusões.

1. ALGUMAS NOTAS SOBRE A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS LITERATURAS DO BRASIL E PORTUGAL

Ao longo dos séculos, as produções literárias canônicas tanto do Brasil como de Portugal primaram por apresentar papéis estigmatizadores reservados aos homens e às mulheres: se aqueles configuravam o modelo padrão, sendo representados por meio de funções e valores que envolviam e retratavam o papel de dominador, estas últimas, em correlação, assumiam os papéis de submissão, papéis estes que também se subdividiam em representações femininas como os de pecadoras ou santas, e ainda, personagens destinadas e muitas vezes confinadas ao espaço doméstico.

Estes tipos de representação encontram sua manifestação mais ampla na época do Romantismo, e sua inspiração no mundo ocidental tem por base principalmente a religião católica e, mais recentemente, a família burguesa.⁶ Para exemplificar como se dá a desvalorização do feminino dentro do vetor religioso, Delumeau⁷ apresenta um interessante contraste entre a postura exercida por Jesus Cristo e a atitude de seus discípulos que configura um modelo de extremo sexismo e assimetria baseada no gênero. Entre outros exemplos, o historiador lembra que enquanto as mulheres judias não participavam das atividades nos templos, junto aos rabinos, tomavam parte, por outro lado, nas pregações feitas por Jesus e para comprová-lo, cita Lucas:

E aconteceu, depois disto, que andava de cidade em cidade, e de aldeia em aldeia, pregando e anunciando o evangelho do reino de Deus; e os doze iam com ele, E algumas mulheres que haviam sido curadas de espíritos malignos e de enfermidades: Maria, chamada

⁶ Sobre a formação da família burguesa e o papel da mulher recomenda-se a leitura do clássico “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1892), de Friedrich Engels.

⁷ As menções à relação entre cristianismo e androcentrismo apresentadas neste capítulo baseiam-se todas na obra do historiador Jean Delumeau „ Angst im Abendland – die Geschichte kollektiver Ängste im Europa des 14. bis 18. Jahrhunderts“ (1985), Reinbek/Hamburg: Rowohlt. A tradução é da nossa responsabilidade e autoria.

Madalena, da qual saíram sete demônios; E Joana, mulher de Cuza, procurador de Herodes, e Suzana, e muitas outras que o serviam com seus bens. (Lucas, 8: 1 – 3).

São também mulheres as que permanecem aos pés da cruz e serão elas também as primeiras testemunhas da ressurreição, sendo desta forma elementos que assumem um protagonismo histórico.

Não obstante este protagonismo, será São Paulo, um dos representantes maiores do cristianismo, que colocará na ordem do dia o demérito e a marginalização em relação ao sexo feminino. Assim, continua Delumeau, se por um lado o apóstolo afirma em sua epístola que todos são iguais, pois “Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gálatas, 3: 28), será ele mesmo o responsável pelo dogma da sujeição da mulher sob o homem, ao afirmar posteriormente que a mulher deve obediência ao marido:

Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos. (Efésios, 5: 22-24).

Estas serão algumas das bases que apoiarão toda uma visão androcêntrica que ainda impera na Igreja Católica Apostólica Romana e entre cujos defensores encontram-se pensadores do porte de Tomás de Aquino ou de Isidoro de Sevilha. Esta lógica de diminuição e subjugação do sexo feminino implicará outros aspectos de violência diretamente relacionados com as mulheres, tal como por exemplo, aqueles relacionados com a caça às bruxas, fenômeno que teve seu ápice entre os séculos XV e XVIII, contando para isso com a ativa participação da Igreja e dos seus tribunais inquisitórios.

Em relação a este tema relacionando o elemento feminino com a bruxaria, Jean Delumeau, ao tratar da “História do medo nos sécs. 14 a 18”, lança luz sobre interessantes aspectos relacionados com as chamadas feiticeiras: de acordo como o historiador, a mulher foi considerada o começo e a mãe dos pecados, a responsável pela expulsão do paraíso e deste modo, identificada como um aliado de Satanás não apenas pelos homens ligados à Igreja mas também por juízes laicos. A difusão desta ideia deu-se de forma extremamente intensa devido não apenas ao papel incipiente da imprensa mas devido também à ação dos pregadores protestantes e católicos da época. (V. Delumeau, 1985: 456 – 475).

Será baseado em noções como esta que em 1474 o franciscano Alvaro Pelayo irá redigir *De planctu ecclesiae*, obra que se pautará por ser uma extensa acusação contra as mulheres e o perigo que estas representam. Tais acusações são resumidas assim por Delumeau: 1) Eva foi a origem e a mãe de todos os pecados, o que faz de suas descendentes “a arma do diabo” e “a corrupção de todas as leis”. 2) as mulheres atraem os homens usando artifícios aliciantes e convertendo o bem em mal, especialmente no que toca o terreno sexual; 3) elas são adivinhas ímpias, fazem malefícios; usam magias e encantamentos para impedir a procriação e provocam a esterilidade com ervas e ritos mágicos; 4) a mulher é ministra da idolatria, torna o homem um iníquo e o leva à apostasia; 5) a ela cabe algumas acusações como as de insensata, faladeira, inconstante, charlatona, ignorante, invejosa, colérica, etc.; 6) os maridos devem desconfiar de suas mulheres, que por vezes o abandona, ou ainda lhes dá um herdeiro que foi gerado por outro homem; 7) são ao mesmo tempo orgulhosas e impuras, levando perturbação à vida da Igreja. (V. Delumeau, 1985, 474 – 476).

São acusações como esta que vão desembocar na diabolização do sexo feminino e servir conseqüentemente como justificativa da caça as bruxas. (Cf. Delumeau, 1985: 473 – 479).

Há ainda o aspecto de mistério ligado à feminilidade, que contribui para a

crença de que muitas mulheres são feiticeiras: para o homem, a maternidade será sempre um profundo enigma e Karen Horney (*apud* Delumeau, 1985: 457) sugere que o medo que a mulher inspira ao sexo oposto está baseado neste mistério, fonte de vários tabus, terrores e rituais que a unem à natureza. E por estar mais próxima da natureza e de seus segredos, as civilizações tradicionais atribuem à mulher o poder de fazer profecias, de curar ou de fazer malefícios através de receitas secretas. (V. Delumeau, 1985: 457).

Neste sentido, a mulher adquire uma posição de poder, é dona da vida e senhora dos seus mistérios. Mas também é apresentada como um ser ligado à morte, já que seu corpo e sobretudo os aspectos ligados à fisiologia feminina, como a menstruação, as secreções, o líquido amniótico, etc, fazem com que ela seja considerada um ser impuro, provocadora da morte e da aniquilação. Delumeau cita ainda A. Runeberg, segundo o qual todas as palavras que significam “bruxo” e “bruxaria” nas línguas europeias tem alguma relação com a fertilidade. (V. Delumeau, 1985: 540).

Esta mentalidade relacionada com o feminino influenciou o pensamento de seguidas gerações, reverberando nas criações culturais, ora ressaltando o aspecto angelical da mulher, ora o seu aspecto diabólico. Assim, naquilo que se refere ao fazer literário, um claro exemplo de um tipo estereotipado de mulher pode ser encontrado em um dos ícones da literatura brasileira, Machado de Assis. Observe-se como a descrição da personagem principal, Helena, do romance de mesmo nome, obedece a um modelo de perfeição e castidade:

Helena tinha os predicados próprios a captar a confiança e a afeição da família. Era dócil, afável, inteligente. Não eram estes, contudo, nem ainda a beleza, os seus dotes por excelência eficazes. O que a tornava superior e lhe dava probabilidade de triunfo, era a arte de acomodar-se às circunstâncias do momento e a toda a casta de espíritos, arte preciosa, que faz hábeis os homens e estimáveis as mulheres. Helena praticava de livros ou de alfinetes, de bailes ou de arranjos de casa, com igual interesse e gosto, frívola com os frívolos, grave com os que o eram, atenciosa e ouvida, sem entono nem vulgaridade. Havia nela a

jovialidade da menina e a compostura da mulher feita, um acordo de virtudes domésticas e maneiras elegantes. Além das qualidades naturais, possuía Helena algumas prendas de sociedade, que a tornavam aceita a todos, e mudaram em parte o teor da vida da família. [...] Era pianista distinta, sabia desenho, falava correntemente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. Entendia de costura e bordados e toda a sorte de trabalhos feminis. (Assis, 2008: 31).

Como se constata, as aptidões e características da personagem de Machado de Assis apontam ainda para um importante papel: faziam de Helena uma fada do lar, um ser apto ao casamento, instituição esta que representava o destino e necessidade das mulheres em uma época onde imperava o modelo patriarcal, tendo em vista que o ser feminino dependia de forma quase absoluta da presença, proteção e existência masculinas.

Há por outro lado a típica sedutora, mulher que encarna o estereótipo da pecadora, impura e impudica, e que se sobressai a partir dos encantos que o seu corpo oferece, como Lúcia, personagem em *Lucíola*, de José de Alencar, publicada originariamente em 1862:

Lúcia saltava sobre a mesa. Arrancando uma palma de um dos jarros de flores, trançou-a nos cabelos, coroando-se de verbena, como as virgens gregas. Depois agitando as longas tranças negras, que se enroscaram quais serpes vivas, retraiu os rins num requebro sensual, arqueou os braços e começou a imitar uma a uma as lascivas pinturas; mas a imitar com a posição, com o gesto, com a sensação do gozo voluptuoso que lhe estremecia o corpo. (Alencar, 1997: 43).

Já em território português, podemos nos valer das impressões de Eça de Queiroz, atento observador de seu tempo, e que por meio não só de seus romances como também de seus artigos e crônicas nos permite entrever como se caracterizavam as mulheres da sua época:

[...] Depois da anemia do corpo, o que nas nossas raparigas mais impressiona – é a fraqueza moral que revelam os modos e os hábitos. [...] A sua preguiça é um dos seus males. O dia de uma menina de

dezoito anos é assim dissipado: almoça, vai-se pentear, corre o Diário de Noticias, cantarola um pouco pela casa, pega no croché ou na costura, atira-os para o lado, chega à janela, passa pelo espelho, dá duas pancadinhas no cabelo, adianta mais dois pontos no trabalho, deixa-o cair no regaço, come um bocadinho de doce, conversa vagamente, volta ao espelho, e assim vai puxando o tempo pelas orelhas, derreada com a sua ociosidade, e bocejando as horas [...] Daqui vem a sua falta de acção, a sua infeliz «passividade». Uma menina portuguesa, não tem iniciativa, nem determinação, nem vontade. Precisa ser mandada e governada; de outro modo, irresoluta e suspensa, fica no meio da vida, com os braços caídos. [...] Veja-se que companheira para a vida do homem – e do homem moderno [...] que precisa ganhar o seu pão, arcar com todas as durezas da vida. Como há-de ele lutar com os braços sobrecarregados por estas criaturinhas que desfalecem e gemem, cheias de puff de pó de arroz, de rabuge, e de mimos de romance! [...] Em Portugal, as mulheres, excluídas da vida pública, da indústria, do comércio, da literatura, de quase tudo, pelos hábitos ou pelas leis, ficam apenas de posse de um pequeno mundo, seu elemento natural – a família e a toilette. Daqui provém que senhoras reunidas, conversando, giram – como borboletas em torno de um globo de candeeiro – em volta destes dois supremos assuntos: vestidos, e namoros. (Ortigão e Queiroz, 1878).

Temos aqui a visão de três romancistas a respeito das mulheres de sua época, e a crer nas palavras de Eça de Queiroz, tais descrições eram a fotografia, o quadro do mundo moderno em sua reprodução fidedigna como pregava o Realismo. Ressalte-se, entretanto, que são visões e registros efetuados a partir da pena masculina e em um momento histórico onde imperavam rígidos preceitos morais.

Mas, é também a partir da pena deste autor que pudemos recolher uma amostra da autoimagem da mulher naqueles idos tempos. Vejamos, a seguir, um pequeno trecho enviado por uma leitora à revista “Farpas”, fundada por Eça de Queiroz e Ramalho:

A educacao intellectual das mulheres, quando ellas se nao dediquem a ser mestras, pode, e ate deve, assim como a moral, receber, como complemento necessario, as licoes dos homens de quem forem esposas. Assim reconhecendo no marido superioridade em tudo, ate mesmo nos conhecimentos literários, ser-lhes-ha mais facil ter por ele esse respeito que a religiao e a sociedade nos impoem como o primeiro dever da esposa. (Ortigão e Queiroz, 1878).

E o comentário dos autores:

Reproduzimos esse importante folhetim porque nos asseguram que effectivamente é escripto por uma senhora. Sob este ponto de vista elle é para nós de um valor inestimavel. Este folhetim é a mulher. Não somos já agora nós que tenhamos de dar-nos ao trabalho delicado e subtil de a retratar. É ella mesma que vem reproduzir-se n'estas paginas com n'um espelho. Esta imagem directa do vivo constitue a mais preciosa aquisição da nossa galeria. Não somos nós que a descrevemos, que a phantasiamos, deturpando-a talvez na pureza da sua linha por meio de um lapis suspeito de inhabilidade ou de má fé. Vêem que é ella mesma que apparece, que faz o favor de mostrar-se viva, a corpo inteiro, na sua prosa com atravez de um vidro. [...] O que estaes contemplando é a obra da direcção mental que nós mesmos imprimimos ao nosso tempo, é o fructo legítimo e authentico da philosophia, da litteratura, da arte, da corrente geral de idéas que temos produzido e impulsionado: é a nossa mulher tal como nol-a fizeram os contactos da nossa convivencia—a escola, o jornal, o livro. Revêde-vos na vossa obra. (Ortigão e Queiroz, 1878).

Eis um fragmento bastante revelador e que nos remete outra vez a Bourdieu, que afirma que “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais”. (Bourdieu, 02, 03: 2002). Bourdieu assevera ainda que tais relações são construídas a partir de um tipo de violência simbólica, um tipo tanto mais perigoso de violência pelo fato de ser insidiosa e não operar na ordem das intenções conscientes; ao contrário, opera de modo mascarado, fazendo com que relações arbitrárias sejam vistas como naturais. (V. Bourdieu, 2002: 18). E mais, este tipo de violência encontra respaldo em instrumentos tais como a própria literatura, que funciona como instrumento pedagógico, respaldando e contribuindo para a manutenção desta mesma ordem.

Em resumo, a partir destes excertos temos uma visão ainda que parcial sobre a vivência feminina em um espaço temporal não muito distante do hodierno. Vemos que a literatura tendia por um lado - cumprindo o papel de que falava Machado de Assis, que afirmava que “cada obra pertence ao seu tempo”- a reproduzir esferas da vida, sejam de ordem econômica, social, cultural, política e

intelectual de uma época, cujos campos eram de domínio quase exclusivamente masculino. Contudo, ela funcionou por outro lado como meio de manutenção destas mesmas esferas, ao difundi-las como modelo único, ou pelo menos, como o modelo “correto” a ser observado e seguido.

A história da literatura nos mostra que ao Realismo se seguiram outras correntes literárias onde, predominantemente eram homens os autores de maior destaque e projeção. Mas, paralelamente e no decorrer da história, a mulher passou a assumir outros papéis e posições sociais com conquistas cada vez mais significativas, como por exemplo, o direito de ingresso nas universidades (não há que se esquecer que alguns direitos hoje considerados básicos, como o direito ao voto, à educação formal, ao acesso ao trabalho e à participação na vida política, entre outros, foram negados às mulheres até muito recentemente) e passou a afirmar-se também no mundo da escrita, um espaço cultural tradicionalmente dominado pelos homens.

Assim, vão ganhando destaque nomes como Cecília Meireles, Pagu, Rachel de Queiroz, Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst e Nélida Piñon na literatura brasileira, e em Portugal, Florbela Espanca, Irene Lisboa, Maria Archer, Agustina Bessa Luís, Maria Velho da Costa, Lídia Jorge, entre outras. Entre estas tantas vozes femininas, cabe destacar aqui as *Novas Cartas Portuguesas*, de autoria de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, obra publicada em 1972, em Portugal, quando ainda estava em plena vigência o regime ditatorial de Oliveira Salazar. O livro foi apreendido por ser considerado pornográfico e seu conteúdo atentatório contra a moral e as “três Marias”, nome pelo as autoras ficaram conhecidas, levadas a interrogatório. A tradução das *Novas Cartas Portuguesas* em vários países e a repercussão junto aos grupos feministas internacionais levou à uma campanha internacional, ampliando profundamente a consciência feminista e criando uma rede de solidariedade feminina.

O livro, considerado transgressor também por colocar em questão a noção de autoria - já que até os dias atuais não se sabe qual das autoras é responsável por qual dos textos – aborda temas tabus como o erotismo feminino, o corpo e a sexualidade. Ana Luísa Amaral, responsável pelo projeto "NCP, 40 anos depois" destaca que o livro provocou um grande “impacto na sociedade portuguesa pós-25 de Abril [...] denunciando a guerra colonial, o sistema judicial, a emigração, a violência, a situação das mulheres [...] revelando-se um contributo inestimável para a história das mulheres, no sentido mais lato, e para as questões relativas à igualdade e à justiça” (Amaral, 2010).

Da representação permeada pelo olhar masculino passa-se à auto-representação, rompendo o silêncio, como bem afirma Bessa Luís: “Há uma escrita de mulheres. Confusa e embaraçada como elas, quando é uma escrita de mulheres. [...] Agora começa a haver uma literatura feminina, uma forma de a mulher se interrogar; mas ainda só balbucia ...” (Bessa Luís: 1985, *apud* Coelho, 1999). Ao escrever a mulher torna-se sujeito de enunciação, elemento ativo e criador, revelando existências plurais.

Apesar de tal constatação, estudos recentes mostram que vários dos estereótipos continuam não apenas vigorando como ainda sendo amplamente propagados, e que mesmo com a inserção das mulheres na esfera produtiva, sua representação literária não sofreu modificações relevantes, não ao menos no grande mercado editorial. Em uma análise levada a cabo por Poeschl (2004) com a finalidade de examinar as representações da masculinidade e da feminilidade na literatura portuguesa e que contou com participação de profissionais da educação de escolas portuguesas, revelou-se existência de duas grandes dicotomias no universo literário, onde ainda se situam de um lado a “fragilidade feminina vs. a força masculina e a passividade feminina vs. a atividade masculina” de outro:

A imagem das mulheres evoca, por um lado, a beleza e a meiguice,

sugerindo uma certa fragilidade, e apresenta as mulheres como objectos decorativos e, ao mesmo tempo, de desejo. Por outro lado, as mulheres são descritas como virtuosas e com capacidade de sofrer, de perdoar e de se sacrificar, o que realça uma outra faceta da sua natureza passiva. De forma complementar, a imagem dos homens evoca a força e a iniciativa na relação amorosa, motivada pelo objecto de desejo. No entanto, a actividade que caracteriza a natureza masculina não se esgota nessa relação. Os homens são associados à esfera pública por uma grande diversidade de actividades: os estudos, a ocupação profissional, o estatuto social e a vida social. (Poeschl *et al*, 2004: 43).

Assim Crawford & Unger (2000) apontam que “se as mulheres são mais frequentemente descritas num contexto profissional na actualidade do que há quarenta anos atrás, também são mais vezes apresentadas como objectos decorativos ou sexuais.” (Crawford & Unger 2000, *apud* Poeschl *et al*, 2004: 37). Tal afirmação vai ao encontro do que postula Lipovetsky, ao afirmar que o “advento da mulher-sujeito” não representou o fim das estruturas de distinção social dos sexos (V. Lipovetsky, 1997: 10). No mesmo sentido se dirige a afirmação de Monterroso, que afirma que o aumento no número de mulheres a frequentar os meios académicos não significou uma mudança qualitativa em termos de incorporação das experiências e saberes femininos nos conteúdos educativos. (Cf. Monterroso, 2009: 09). Isto só faz reiterar a necessidade de insistir na criação de um novo modelo, a fim de romper com o padrão da história única fazendo com que estes padrões estereotipados não continuem mais a parecer naturais.

Em relação à produção literária feita pelas próprias mulheres, o número de mulheres escritoras ainda é eminentemente escasso quando comparado com a quantidade de escritores do sexo masculino. Este processo de escolhas e exclusão se reflete, naturalmente, na formação do cânone. Os estudos realizados por Reis (1992) indicam de modo claro esta situação, ao relacionar poder e cânone. Em que pese a extensão do trecho a seguir, cremos que vale a pena apresentá-la devido à sua eloquência e clareza:

[...] a própria noção de literatura é ideológica, estando inextricavelmente ligada à questão do poder. O conceito de literatura tem cumprido uma nítida função social [...] O estudo da literatura seria melhor equacionado considerando-o dentro da dinâmica das práticas sociais: a escrita e a leitura estão sujeitas a variadas formas de controle e têm sido utilizadas como instrumento de dominação social. Nos dias atuais, a instituição mais empenhada nesta tarefa é a universidade (onde se ensina a ler as “grandes obras”, chancelando, desta maneira, o cânon literário), que se presta a reproduzir a estratificada estruturação social.

[...] Um texto não é literário porque possua atributos exclusivos que o distinguem de outro texto, mas porque os leitores (entre eles incluídos os críticos), por inúmeras razões, o veem como tal. Assim dimensionada, a literatura se converte numa forma de praxis discursiva e social, não apenas representando mas também criando a realidade.

Historicamente, a literatura (bem como as demais artes) tem sido um eficaz veículo de transmissão de cultura. A literatura tem sido uma das grandes instituições de reforço de fronteiras culturais e barreiras sociais, estabelecendo privilégios e recalques no interior da sociedade. Ao olharmos para as obras canônicas da literatura ocidental percebemos de imediato a exclusão de diversos grupos sociais, étnicos e sexuais do cânon literário. Entre as obras-primas que compõem o acervo literário da chamada “civilização” não estão representadas outras culturas (isto é, africanas, asiáticas, indígenas, muçulmanas), pois o cânon com que usualmente lidamos está centrado no Ocidente e foi erigido no Ocidente, o que significa, por um lado, louvar um tipo de cultura assentada na escrita e no alfabeto (ignorando os agrupamentos sociais organizados em torno da oralidade); por outro, significa dizer que, com toda a probabilidade, o cânon está impregnado dos pilares básicos que sustentam o edifício do saber ocidental, tais como o patriarcalismo, o arianismo, a moral cristã. E, mesmo se nos restringirmos ao cânon das grandes obras da literatura ocidental, salta aos olhos que a presença dos autores europeus é esmagadora (não creio que figure um Machado de Assis); que os do sexo masculino, originários das elites e brancos predominam de maneira notória. Há poucas mulheres, quase nenhum não-branco e muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social. Com efeito, a literatura tem sido usada para recalcar os escritos (ou as manifestações culturais não-escritas) dos segmentos culturalmente marginalizados e politicamente reprimidos – mulheres, etnias não-brancas, as ditas minorias sexuais, culturas do chamado Terceiro Mundo.

Não resta dúvida de que existe um processo de escolha e exclusão operando na canonização de escritores e obras. O cânon está a serviço dos mais poderosos, estabelecendo hierarquias rígidas no todo social e funcionando como uma ferramenta de dominação. (Reis, 1992)

Mas há ainda um outro papel possível para a literatura, acreditamos, e este é o mote para este trabalho. Um papel transformador, que preencha as ausências nos discursos, num exercício de criação e de transformação que possua vozes

plurais e não hegemônicas, como nos acostumaram e ensinaram a ver, fazendo uso da literatura como estratégia cultural que faz “diferença e desloca (shift) as disposições de poder” (Hall, 2003: 11).

Vale reafirmar, apoiando-se nas colocações de Bourdieu, que são em instâncias como a escola e outras instituições formais que o exercício da opressão mais se aprende e se repete já que é no ambiente escolar que se reproduzem conteúdos que são entendidos como “naturais” (v. Bourdieu, 2002: 10), mas que são, na verdade, construções sociais e elementos de disputa de poder. É por acreditar ainda que a escola pode e deve cumprir aquele papel pedagógico de que falava a velha filosofia tradicional, ou seja, tendo a visão de que o ser humano é um educando, que apostamos nos textos apresentados neste trabalho. Neles, há vozes diferentes que emanam de seres de papel, emissores de um discurso que há que ser considerado, já que, não custa repetir, discursos constroem realidades, abrindo assim novos desafios em relação ao que se pode esperar em vivências futuras. Se as palavras de Reis parecem apontar para um cenário pessimista, há que assinalar, por outro lado, que palavras figuradas servem também como alegoria para representar o real, o que se coaduna perfeitamente com a seguinte declaração de Stuart Hall: “Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.” (Hall, 2003: 44). Isto é, estamos falando de um processo contínuo de transformação.

Em consonância, temos a afirmação de Regina Dalcastagné, doutora em Letras e crítica literária:

Ao manusear as representações sociais, o autor pode, de forma esquemática: (a) incorporar essas representações, reproduzindo-as de maneira acrítica; (b) descrevê-las, com o intuito de evidenciar seu caráter social, ou seja, de construção; (c) colocar essas representações em choque diante de nossos olhos, exigindo o nosso posicionamento – mostrando que nossa adesão, ou nossa recusa, que nossa reação diante delas nos implica, uma vez que fala sobre o modo como vemos o

mundo, e nos vemos nele, sobre como se dá nossa intervenção na realidade, e as consequências de nossos atos. (Dalcastagnè, 2008: 106).

Voltemos entretanto, à declaração de Roberto Reis: o que o autor apontou no trecho supracitado a respeito do cânone, em resumo, é o estabelecimento de uma relação de poder. E tais relações de poder moldaram-se no decorrer da história a partir de uma ideologia eurocêntrica patriarcal, marcando as relações étnico-raciais e de gênero, que se refletiram na literatura. Assim, antes de prosseguirmos, faz-se importante definir algumas categorias importantes.

A primeira destas categorias diz respeito à noção de representação: estas são, de acordo com Chartier, “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. (Chartier, 2002: 17). Assim, representações envolvem imagens, discursos, códigos e normas que cada sociedade ou grupo faz de si mesmo e da época em que vive. Neste sentido, podemos entender que as representações são variáveis em função do tempo e espaço e envolvem sempre questões de poder e dominação. Chartier postula ainda que

[A] investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. (Chartier, 2002: 17).

A segunda delas trata da noção de gênero: trata-se de uma categoria que vai além da distinção sexual biológica, e que diz respeito a uma construção social e às relações que se dão em função desta construção.

Gênero representa uma relação de pertença a uma determinada classe, grupo ou categoria (Cf. Lauretis, 1994) e, importante dizê-lo, não é sinônimo de sexo, seja ele masculino ou feminino. Gênero é um construto social que atribui significados, símbolos e características para cada um dos sexos biológicos (V. Auad, 2008). É assim que tradicionalmente aos homens é atribuído o espaço público, enquanto que o privado é destinado às mulheres (como bem pudemos ver nos excertos de Machado de Assis e Eça de Queiróz, supra citados). As questões de gênero, além de possibilitarem a análise de diferenças, permitem ainda o “desmascaramento das questões de dominação e poder – a assimetria que permeia as relações entre masculino e feminino e a dominação patriarcal.” (Zinani, 2010: 53-58) e para a literatura são importantes por examinar a relação existente entre as práticas sociais e a própria literatura.

Comumente, os estudos de gênero são sistematizados em três grandes fases, conhecidas como “ondas” feministas que não se pautam por critérios cronológicos e sim pelas diferentes reivindicações e teorias feministas que caracterizavam cada época. Assim, a primeira onda nasce em fins do século XVIII e início do século XX e tem como um de suas principais pautas o direito ao voto e garantia de direitos às mulheres, e em relação aos estudos literários, havia a preocupação por parte da crítica feminista em desmascarar os estereótipos de representação da mulher.

A chamada segunda onda tem como marco a publicação de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949, “partindo da consideração de que a mulher nunca é o Um, mas sempre é o Outro, aponta a subordinação feminina como uma questão ontológica: é o inessencial que não retorna ao essencial.” (Zinani, 2012). Esta segunda fase compreende sobretudo uma luta pelo fim de uma ordem onde apenas os homens tinham acesso ao poder. Como lema, as feministas usavam a frase “o pessoal é político”, de modo a que se percebesse que muitas das experiências vividas na esfera pessoal e privada eram na verdade experiências coletivas. No plano literário, discute-se acerca dos valores

veiculados e das convenções literárias, que soem ser de cunho masculino. Como resultado desta discussão, Zinani aponta a publicação de obras que questionam a ausência da mulher no cânone literário bem como outros importantes avanços. (V. Zinani, 2010: 59 - 60).

A terceira onda feminista problematiza a concepção universalista das mulheres e passa a se ocupar de um feminismo plural, tratando as diversas variáveis que abrangem a teoria *queer*, transgênero, o papel da mulher negra, o lesbianismo, a interseccionalidade, etc. Trata-se de uma fase problematizadora que discute as contradições e diferenças e que dá origem a várias correntes dentro do movimento feminista. Esta breve explanação pretende deixar claro que o feminismo possui variadas vertentes e é diversificado, e se há um ponto consensual entre as variadas escolas feministas, este pode ser resumido sob o aspecto de que compartilham entre si a necessidade de se estabelecer o reconhecimento da igualdade de gêneros e a negação de uma identidade feminina definida pelos homens.

Outra categoria importante se refere aos conceitos de raça e etnia: “raça” é uma formulação que o senso comum, no Brasil, relaciona majoritariamente à cor da pele. Etimologicamente, explica Munanga (2004), o termo se origina do latim *ratio* e significa sorte, categoria, espécie. Utilizado inicialmente na Zoologia e na Botânica, o termo, com o decorrer do tempo, passou a servir como artefato de hierarquização, “erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais.”(Munanga, 2004: 21).

É de se registrar que tais qualidades eram auferidas e sopesadas a partir da ótica do pesquisador – invariavelmente branco – o que levava à categorização do “outro” – o não branco – como inferior. Assim ilustra o historiador: “Sempre posicionando o homem branco europeu no começo da fila, os cientistas se lançavam à tarefa de hierarquizar as raças humanas.” (Ferla, 2005: 20).

Também em Portugal, de acordo com Cabecinhas, é possível verificar que traços físicos, especialmente a cor da pele, são determinantes ao tratar da definição de “raça” (V. Cabecinhas, 2003). Assim afirma a autora: “Esta apropriação segue, todavia, uma “lógica” de perpetuação das desigualdades sociais que confortam a posição privilegiada dos membros dos grupos dominantes” (Cabecinhas, 2003).

Ainda que o conceito tenha perdido a validade no campo das ciências biológicas, - já que a genômica mostra que os marcadores genéticos de uma “raça” podem ser também encontradas em outra - o estigma da divisão racial continua presente e, como lembra Ferla, a “história das ideias biodeterministas é bem mais difusa no tempo e no espaço do que muitas vezes seria confortável supor” (Ferla, 2005: 14).

O termo “raça” cria ainda uma situação que envolve a apropriação do termo pela categoria a que tal termo se refere: no imaginário brasileiro, como dissemos, o conceito de raça está intrinsecamente relacionado à cor, e é assim muito comumente um termo usado por parte da população negra como instância de afirmação e de resistência numa espécie de contra-movimento e apropriação para a positivação, ou ressignificação positiva – ou ainda, como se diz mais modernamente – empoderamento. Assim, temos “raça” não apenas como uma categoria biológica ultrapassada, mas também como uma categoria sócio-política.

Outro conceito importante refere-se à etnia, que, tendo em vista todas as implicações que continuam a persistir no imaginário social em relação ao conceito de “raça”, passou a ser utilizado de forma mais corrente, ainda que de modo controverso. Etnia é ainda um conceito que se confunde com raça (V. Cabecinhas, 2003), mas cuja ênfase recai sobretudo na cultura e em elementos que sirvam de elo e união entre um grupo ou ainda de motivo de diferenciação,

como língua, religião, e/ou a crença em um ancestral comum. Assim, etnia não tem relação com aparência ou traços físicos.

E há que se atentar ainda para a noção de interculturalidade: antes de mais nada, importa referir o nosso entendimento acerca do que é a cultura. Trata-se de um termo polissêmico e que dá margem a diferentes discussões com relação aos sentidos que adquire em cada contexto de uso. Para os termos deste trabalho, entenderemos “cultura” no sentido cunhado por Tylor, onde cultura é entendida como o conjunto de valores que compreende as crenças, costumes, comportamentos e outras capacidades que fazem parte da totalidade da vida em sociedade, possuindo assim uma dimensão coletiva, múltipla e não hierárquica.

Ora, vivemos em uma época e espaço multiculturais, o que quer dizer que há um pluralismo cultural assente, oriundo de diversidades dos mais diversos tipos, como aquelas que se referem, por exemplo, ao gênero e à etnia. Em relação à interculturalidade, o prefixo “inter” já deixa entrever um intercâmbio, e diz respeito à diferentes grupos que, mesmo tendo em conta suas diferenças, buscam uma mútua compreensão e a convivência em um plano de igualdade. Neste sentido uma das características mais importantes do interculturalismo é a abertura ao “outro” como modo de coexistência. É importante deixar claro que a interculturalidade não se ocupa somente de um universo de interação distante do nosso cotidiano, como aquele que envolve uma relação entre o nacional e o transnacional, senão que ao contrário, media nossas relações e interações usuais (relações e interações que ocorrem rotineiramente entre pessoas de diferentes gêneros, diferentes etnias, diferentes classes sociais, etc.) e que demonstram também relações de poder.

Por outro lado, o mesmo prefixo indica também a marca de uma distinção, uma disjunção. Paulo Freire adverte para o fato de que “as diferenças interculturais existem e apresentam cortes: de classe, de raça, de gênero e, como alongamento destes, de nações” e enfatiza ainda que tais diferenças “geram

ideologias, de um lado, discriminatórias, de outro, de resistência.“ (Freire, 2001: 18). Esta ideologia pode ser expressa de distintas formas, e a nós interessa especialmente sua expressão literária.

Tendo em vista estes aspectos, partiremos para a análise das obras que elencam o tema deste trabalho.

2. O MEMORIAL DO CONVENTO DE JOSÉ SARAMAGO

*Não é preciso ser árvore para deixar raízes*⁸.

O *Memorial do Convento* é uma obra de autoria do escritor português José Saramago (*1922 - †2010), publicada em 1982.

O romance começa por abordar, de maneira irônica e caricata, o tema da sucessão real em terras portuguesas: Dom João V, rei de Portugal, e Dona Maria Ana Josefa são casados há mais de dois anos, sem que a rainha tenha ainda dado herdeiros ao reino, o que provoca murmurações na corte a respeito de sua infertilidade.

A questão hereditária se resolverá por meio de uma promessa feita pelo rei, de levantar um convento em Mafra. Imediatamente após dada a palavra real assegurando o levantamento da obra, a rainha anuncia sua gravidez. Miraculosamente, como quer crer o rei; graças aos conhecimentos privilegiados pelos segredos de confessorário, como insinua o narrador. (V. Saramago, 1992: 16).

Alguns meses mais tarde, enquanto a corte se encontra de luto devido à morte do Imperador da Áustria, irmão da rainha, o populacho se encontra em festa: é a época dos autos-de-fé, - para muitos, um espetáculo, ocasião dedicada ao *panis et circenses* - onde desfilam, em procissão, aqueles que vão ser apenados pelo poder inquisitorial. Entre estes vai Sebastiana Maria de Jesus, a mãe de Blimunda, condenada ao degredo por ter “visões e revelações” (Saramago, 1992: 52).

⁸ Do livro “Os cadernos de Lanzarote”, de José Saramago.

Este será o cenário em que se encontrarão Baltasar Sete-Sóis, soldado que acabou por ficar maneta durante uma batalha na guerra da Sucessão Espanhola, e Blimunda, mulher que possui o excêntrico poder de enxergar o interior das pessoas. Juntos e conformando uma história de amor, eles se reunirão ao padre Bartolomeu Lourenço na construção da máquina de voar.

É o fabrico desta máquina que, junto à edificação do Convento de Mafra, tarefa levada a cabo por milhares de anônimos, irá compor o eixo narrativo do *Memorial*. Paralelamente, assistiremos a história da vida da família real, aos meandros da corrupção existente no reino, a ação do braço secular da Inquisição, ao contraste entre a força da pedra que prende ao chão e a força da imaginação que faz voar, uma história de amor entre dois personagens que aprenderam a se ver com os olhos da alma, e, mais especialmente, a trajetória de uma mulher indubitavelmente à frente do seu tempo: será Blimunda o alvo principal da nossa atenção neste trabalho. Antes de nos dedicarmos à sua figura, entretanto, apresentaremos uma discussão acerca da classificação do *Memorial do Convento*, dado que isto se concatena com as linhas gerais de concepção desta dissertação.

2. 1. O MEMORIAL: ROMANCE HISTÓRICO?

A história moderna e a literatura moderna [em ambos os casos, eu diria pós-moderna] rejeitaram o ideal de representação que por tanto tempo as dominou. Atualmente as duas encaram seu trabalho como exploração, testagem, criação de novos significados, e não como exposição ou revelação de significados que, em certo sentido, já "existiam" mas não eram percebidos imediatamente. (Lionel Gossman).

O *Memorial do Convento* é um romance que evoca fatos históricos e seus personagens: por um lado, oferece relatos sobre personalidades (R)reais como o rei Dom João V e a rainha Maria Ana de Áustria, o bispo inquisidor D. Nuno da Cunha, ou Domenico Scarlatti, músico italiano barroco. Também narra acontecimentos verídicos, entre eles a edificação do Convento de Mafra, levada à cabo entre 1717 e 1730, e a construção da chamada passarola, cujo voo inaugural se deu no ano de 1709, por iniciativa e engenho do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão.

Ainda que Saramago se utilize de elementos históricos como matéria prima para a literatura, não cremos que seja correta a acepção de romance histórico com que alguns tentam catalogar o *Memorial*. Em nossa interpretação, o que o autor faz é ofertar sua pena à ficção como forma de interpretar a História, colocando-se em posição crítica em relação a esta.

Em nosso entendimento, o *Memorial*, em seu conjunto, se aproxima do conceito de metaficção historiográfica, termo utilizado por Linda Hutcheon, que implica um novo paradigma na ficção contemporânea, caracterizado pela reflexão e distanciamento crítico em relação aos acontecimentos históricos (Cf. Kaufman, 1991). A metaficção historiográfica, segundo Hutcheon, inaugura novas formas de questionamento/conciliação entre os argumentos a favor da autonomia absoluta da arte e uma pretensa autoridade da História para tratar o passado: um acontecimento ocorrido em um passado real empírico será por nós conhecido através da seleção e posicionamento narrativo, isto é, seu estabelecimento

narrativo através da interpretação de fatos que são então textualizados (Cf. Hutcheon, 1991: 131 – 197).

Ora estes acontecimentos só podem ser transmitidos através de um texto, de uma narrativa, seja ela do tipo oral, escrita ou iconográfica. Vemos então uma aproximação muito grande entre elementos de diferentes disciplinas, nomeadamente a Literatura e a História, o que leva à elaboração de conceitos que tratam da fronteira entre elas, como é o caso do conceito de metaficção historiográfica. De acordo com Nünning:

[die historiographische Metafiktion] problematisiert die eindeutige Unterscheidung von Historiographie und Literatur und zieht den Anspruch der Geschichtsschreibung auf Wahrheit und Objektivität in Zweifel. Daher fungiert sie nicht bloß als ein literarisches Medium revisionistischer Geschichtsdarstellung, kultureller Erinnerung und kollektiver Identitätsbildung, sondern hat mit ihren metahistoriographischen Reflexionen auch zu einer Neubewertung der Geschichtsschreibung und ihres Verhältnisses zur Literatur beigetragen. (Nünning, 2008: 290)⁹

Na prosa saramaguiana, esta reflexão e postura crítica se evidenciam através do humor corrosivo, da sátira, dos comentários sardônicos, e especialmente, na postura do narrador: trata-se de um narrador que atua às vezes como “intruso”, comentando o relato; que expressa o passado com sua visão crítica contemporânea, faz humor através de suas habilidades manipuladoras e se compraz ao atuar numa atitude dialética entre passado e presente, servindo de guia ao leitor. (V. Alzira Seixo, 1987: 48 e Oliveira Cardoso, 1988). Maria Alzira Seixo alerta para o fato de que o passado é exprimido por uma fala presente, o que acarreta implicações de ordem didática e ideológica. (V.

⁹ A metaficção historiográfica questiona a fronteira única entre historiografia e literatura e desmantela as pretensões de verdade e objetividade da escrita da História, colocando-a em dúvida. Portanto, ela não atua meramente como um veículo literário revisionista da História, da memória cultural e da formação da identidade coletiva, mas também tem contribuído com suas reflexões meta-historiográficas para uma reavaliação da historiografia e sua relação com a literatura. (A tradução é da nossa responsabilidade e autoria).

Alzira Seixo, 1987: 48). Este tipo de narrador poderá nos servir, deste modo, de exemplo prático na docência, como comentaremos mais adiante.

A estrutura do *Memorial* nos remete ainda às palavras de Bachtin e ao seu conceito de carnavalização na literatura, já que a narrativa expõe, através da ridicularização, a consciência da relatividade daquilo que é considerado como a¹⁰ Verdade (R)real e aborda o tema da burla, da profanação, da degradação, das inversões de papéis.

Vemos que há uma convergência entre os dois autores: Bachtin aponta a perspectiva de que o riso corrige a realidade (Cf. Bachtin, 1979: 314), e Saramago aponta a perspectiva de que a literatura pode corrigir a História. (Cf. Saramago, *apud*: Arnaut, 2008: 82). A estratégia saramaguiana consiste em inverter o olhar com o qual se escreve e se transmite a historiografia oficial. Atentemos nas palavras de Bachtin:

Das Pathos der Ablösung und Erneuerung, das Bewusstsein der heiteren Relativität der herrschenden Wahrheit und Mächte prägten die Karnevalsrede. Für sie gilt eine eigene Logik der Umkehrung (à l'envers), des Gegenteils, des Auf-den-Kopf-Stellens, eine Logik der ständigen Vertauschung von Oben und Unten (wie beim ‚Rad‘), von Gesicht und Hintern; ihre charakteristischen Ausdrucksformen sind die verschiedensten Varianten von Parodie und Travestie, Degradierung und Profanierung, närrischer Krönung und Entthronung. (Bachtin, 1987: 59)¹¹

Tanto a ficção como a História são escritas a partir de discursos, que se escrevem e inscrevem na memória coletiva desde um trabalho de seleção,

¹⁰ O grifo é nosso.

¹¹ No discurso carnavalesco predominam o *pathos* da redenção e renovação, a consciência da alegre relatividade das verdades e das autoridades no poder. Este discurso possui a sua própria lógica de inversão (à l'envers), ao contrário, “de cabeça para baixo”, numa lógica que envolve a troca constante entre o lado de cima e o de baixo (como em uma roda), entre rosto e nádegas; suas formas características de expressão são as diversas variantes da paródia e farsa, degradação e profanação, coroação e destronamento do bufão.

abordagem e ajuizamento por parte daquele que produz e/ou media a produção do texto. Assim como a mídia, ficção e História “vermitteln nicht etwa eine a priori gegebene Realität, sondern sie erschaffen vielmehr eine gesellschaftliche Realität” (Kriegg, 1931: 136).

De acordo com José Saramago, o historiador é alguém que escolhe fatos; é ele quem vai decidir o que do passado merece importância e o que não merece atenção. Neste sentido, o historiador não apenas escreve, mas também faz a História (Cf. Saramago, *apud*: Arnaut, 2008: 80). Desta maneira, uma questão central é a atitude ideológica de quem emite o discurso e de quem escreve a História. Como é sabido, a História elege na grande maioria dos casos, o ponto de vista dos vencedores.

Já a visão de mundo e o sistema de valores que o *Memorial do Convento* apresenta se evidenciam, “na forma como [o autor] procede à utilização subversiva das grandes narrativas, como a Bíblia ou a História oficial”. (Arnaut, 2008: 200). É uma tomada de postura que se torna muito clara já desde a gênese do *Memorial*. O nascimento do romance se deve a uma visita que o romancista fez a Mafra: ao ler uma carta do abade de Tibães, que se recusou a assistir à sagração da basílica “resumindo suas razões naquilo que, em seu entender, significavam as cinco letras de Mafra: o M de mortos, o A de assados, o F de fundidos, o R de roubados, o A de arrastados”, (Saramago, 1997: 603) o escritor se surpreendeu de que abundassem “informações sobre a quantidade de portas e janelas, de degraus de escada, número de sinos, peso das pedras principais e outras miudezas” (Saramago, 1997: 603), sem que houvesse qualquer menção aos milhares de anônimos que perderam a vida na construção do convento¹².

¹² Inicialmente previsto para abrigar treze monges, o convento de Mafra teve seus planos de construção alterados para abrigar 300 monges; em sua construção chegaram a trabalhar simultaneamente quarenta mil operários. (V. Camelo & Pecante, 1984: 16).

É esta ausência que impele o romance a não limitar-se a dar eco às vozes que reproduzem o passado oficial, mas a ir mais além e analisá-lo sob o ponto de inserção com o presente (V. Lledó, 1999: 13), utilizando-se da estratégia de colocar em evidência os verdadeiros construtores do convento, subvertendo desta maneira a História oficial. Indo ainda mais além, a narrativa oferece não somente uma inversão, como também uma apropriação lícita daquilo que foi esquecido pela História. Diante disto, cremos que a denominação de romance histórico se encontra aquém daquilo que o *Memorial* representa.

Mais além da discussão acerca da classificação do *Memorial* interessa atentar para a colocação de Saramago acerca da “correção” da História: não se trata *ipsis literis* de corrigir os fatos passados mas de acrescentar uma leitura crítica, mostrando a perspectiva do que poderia ter sido, introduzindo um ponto de vista alternativo (V. Arnaut, 2008: 122-124), e sobretudo denunciando ausências e silenciamentos.

Sob esta ótica temos aqui um terreno fértil e propício a que se repense, entre outras, as relações históricas de poder entre opressor e oprimido, entre dominadores e silenciados e entre aquelas formas de poder que se estruturam a partir de diferenças de gênero, permitindo uma outra forma de posicionamento, mais crítica. Este tipo de posicionamento engendra na sua prática outra forma de pensamento e de abordagem de personagens e dos papéis que estes personagens representam não apenas no plano abstrato e literário mas também em plano didático.

Não é portanto uma surpresa que na narrativa do *Memorial do Convento* aos personagens históricos e reais que citamos anteriormente se somem personagens de ficção, entre eles Blimunda, Baltasar, Francisco Marques, Joaquim da Rocha, Manuel Milho, Julião Mau-Tempo e também os verdadeiros construtores da basílica, a quem Saramago retira do anonimato, prestando-lhes

assim sua homenagem ao mesmo tempo em que desvela categoricamente aquilo que estava oculto sob a historiografia oficial:

[...] já que não podemos falar-lhes das vidas, por tantas serem, ao menos deixemos os nomes escritos, é essa a nossa obrigação, só para isso escrevemos, torná-los imortais, pois aí ficam, se de nós depende, Alcino; Brás, Cristóvão, Daniel, Egas, Firmino, Geraldo, Horácio, Isidro, Juvino, Luís, Marcolino, Nicanor, Onofre, Paulo, Quitério, Rufino, Sebastião, Tadeu, Ubaldo, Valério, Xavier, Zacarias, uma letra de cada um para ficarem todos representados. (Saramago, 1992: 242).

Note-se que o nomear estas pessoas cumpre outras funções: em primeiro lugar, estabelece a contraposição entre diferentes camadas sociais, isto é, entre aqueles cujo *status quo* os permitia fazer parte da historiografia oficial (leia-se os reis e os poderosos) e os demais (leia-se os verdadeiros construtores do convento de Mafra), estes últimos invisíveis ante a História. O universo fictício toma para si, desta forma, a responsabilidade da visibilidade, da inclusão e da valorização de um grupo, que na trama se contrapõe ao grupo dos privilegiados.

Em segundo lugar, este nomear remete outra vez à discussão entre nome e identidade, cujos primórdios já se encontram no *Crátilo* de Platão: nomear alguém não significa dar-lhe identidade, mas, no contexto histórico, deixar de nomeá-lo significa uma condenação implacável à inexistência, à invisibilidade. Assim, o nomear não concede a identidade, mas atua como força de seu símbolo. O nomear pode ser entendido também como forma de dar protagonismo, de modo que é possível problematizar as ausências. Por exemplo, a partir desta perspectiva pode-se partir para o questionamento e devida indagação acerca da ausência de mulheres protagonistas nas obras mais conhecidas e que fazem parte do *currículum* escolar.

Este tipo de abordagem faz emergir a importância do nomear, que pode ser ponto de partida ou chegada da reflexão (V. Moisés, 1982: 93), mas não substitui o caminho a ser percorrido: este é o que comumente conhecemos como

interpretação, isto é, tentativa de chegar a conhecer uma eventual verdade. Sobre isso, Saramago afirma em um de seus romances que a verdade não é “mais do que uma cara sobreposta às infinitas máscaras variantes”. (Saramago, 1989: 26).

Tomando de empréstimo as palavras de Ricoeur, temos que no texto, estas infinitas máscaras variantes podem ser compreendidas como o que o filósofo francês chamava de universos potenciais de sentido: o texto pode ser lido e interpretado desde distintos ângulos e perspectivas. “O texto enquanto todo e enquanto totalidade singular pode comparar-se a um objeto que é possível ver a partir de vários lados, mas nunca de todos os lados ao mesmo tempo.” (Ricoeur, 1995: 123).

Isto implica, sim, em uma escolha de perspectiva, em “um tipo específico de unilateralidade” que “fundamenta o caráter conjectural da interpretação” (Ricoeur, 1995: 123): ora, entre tantas interpretações possíveis, o texto lança luz sobre uma, exatamente a mais escondida e a que mais se interessa esconder, justamente por ser uma verdade que incomoda. Se interpretar significa trabalhar com conjecturas, a trama nos oferece aquelas que colocam em evidência uma estrutura viciada de poder e que se baseia, como já viemos reiterando, na ausência, no silenciamento e na exclusão.

O texto oferece para isso alguns gatilhos, tal como o modo com que o narrador trabalha suas palavras (tema que enfocaremos mais detalhadamente adiante) e na forma mordaz como as utiliza para fazer uma crítica social da realidade e das verdades únicas. Assim, não parece ser fora de propósito que em um dos diálogos iniciais do *Memorial*, seja objeto de enfoque a relativização da (V)verdade - com letras maiúsculas - como se percebe no trecho selecionado a seguir:

Perguntou el-rei, É verdade o que acaba de dizer-me sua eminência,

que se eu prometer levantar um convento em Mafra terei filhos, e o frade respondeu, Verdade é, senhor, porém, só se o convento for franciscano [...] Então D. João, o quinto de seu nome [...] levantou a voz para que claramente o ouvisse quem estava e o soubessem amanhã cidade e reino, Prometo pela minha palavra real que farei construir um convento de franciscanos na vila de Mafra [...] (Saramago, 1992: 14).

Nesta passagem, se mostra de maneira incontestável que uma verdade relativa passa a ser absoluta quando atende aos interesses que aos poderosos convenha; entre as verdades, só há *uma* Verdade a ser aceita no mundo do poder: aquela que interesse a alguma instituição, credo ou pessoa que detenha à força oficial. Ainda mais: no excerto em questão, o uso da conjunção adversativa “porém” evidencia não apenas este fato como também põe de manifesto o comércio de posições e vantagens financeiras existente entre Igreja e governo e que se concentrava então como agora majoritariamente em mãos masculinas. Um exemplo claro de como a privação de liberdade das mulheres atende a este tipo de objetivo é apresentado na passagem abaixo, quando o narrador informa sobre as condições de vida das freiras do convento de Santa Mônica:

Metem, quantas vezes forçadamente, estas mulheres em reclusão conventual, aí ficam, por esta forma aliviando partições de heranças, favorecendo o morgadio e outros irmãos varões, e, estando assim presas, até o simples apertar de dedos à grade querem recusar-lhes, o clandestino encontro, o suave contacto, a doce carícia, mesmo trazendo ela tantas vezes consigo o inferno, abençoado seja. (Saramago, 1992: 94).

Este mesmo comércio de posições e vantagens nos é mostrado mais uma vez, agora baseado em outra relação de abuso sobre o elemento feminino, neste caso, a rainha D. Maria Ana, personagem que foi objeto de engano ao ter suas confissões - que, supostamente, de acordo com os dogmas da igreja católica, deveriam permanecer sob o sigilo do confessor - usadas como ferramenta de persuasão pelo confessor e outros membros da igreja sobre o rei, para convencê-lo a construir o convento de Mafra.

O papel de objeto de subserviência e passividade que a rainha representa, limitada unicamente à condição de reprodutora, é descrito exemplarmente na seguinte passagem: “porque sendo a mulher, naturalmente, vaso de receber, há de ser naturalmente suplicante”. (Saramago, 1992: 11). Note-se que o narrador se refere ironicamente às mulheres, em geral, como sendo seres inertes, passivos e objetificados. Será este mesmo narrador, entretanto, que nos mostrará em outras passagens a existência de outro tipo de mulheres, que assumem um protagonismo em suas vidas e cujo exemplo maior é capitaneado no texto pela figura de Blimunda.

Em sua *Teoria da Interpretação* Ricœur já ressaltava, em, que “com o discurso escrito, a intenção do autor e o significado do texto deixam de coincidir”, (Ricœur, 1995: 79), de modo que o texto, em formato escrito, adquire autonomia semântica, abrindo um leque de possibilidades de leituras e interpretações potenciais. Assim, o romance pode ser lido e interpretado tanto como um texto que é “falso, apócrifo, calunioso e também profundamente imoral, não respeita o trono nem o altar” (Saramago, 1992: 283), como também como uma história que aborda as diversas faces e fases do poder: o poder da palavra, o poder da criação artística e da crença na imaginação, o poder do amor, o poder terrenal, religioso e político. Mas o *Memorial do Convento* é, em nosso entender, sobretudo um romance que dá vozes não só ao elemento feminino, o que é o nosso maior objeto de interesse, mas também a um espectro amplo de setores marginalizados, sendo assim uma prosa cheia de inquietações e que coloca em cheque muito da autoridade oficial, além de servir de instrumento para desvelar outras verdades.

É à análise das formas de poder acima referidas que nos dedicaremos nas próximas páginas.

2.2. A PERSONAGEM FEMININA, O ESPAÇO E O PODER

Os ambientes onde a narrativa do *Memorial do Convento* se desenvolve possuem níveis de significação bastante amplos e as cidades de Lisboa e Maфра ocupam lugares privilegiados, ofertando um bom ponto de partida para a observação do ser feminino e também de outros setores tradicionalmente oprimidos da nossa sociedade.

Lisboa é o local onde se concentra o luxo, a luxúria e a futilidade. O primeiro capítulo do *Memorial do Convento* se dedica a apresentar este espaço, onde reinam a burocracia protocolar, explicitada pela relação formal e cerimoniosa entre o rei D. João V e a rainha D. Ana e as repressões e modelos de comportamento impostos pela Igreja e pela sociedade e onde as mulheres, em sua maioria, claramente ocupam um lugar de demérito.

É esta também a cidade-palco do Tribunal da Inquisição e dos autos-da-fé com seu desfile de sentenciados. Entre os penitentes e sentenciados encontram-se “judeus e cristãos-novos, [...] hereges e feiticeiros”, demonstrando a não aceitação de qualquer religião além daquela imposta e evidenciando a intolerância com outras culturas, crenças e credos. Mesmo no seio da nova família de Blimunda, formada pelos seus sogros e cunhados, vemos como o preconceito está presente quando João Francisco Sete-Sóis, pai de Baltasar, premeditadamente oferece toucinho à nora, por estar em dúvida quanto à religião que esta professava e por temer que ela professasse a religião judaica:

João Francisco Sete-Sóis foi à salgadeira e tirou um bocado de toucinho, que dividiu em quatro tiras, pôs cada uma em sua fatia de pão e distribuiu em redor. Ficou a olhar alerta para Blimunda, mas ela recebeu a sua parte e começou a comer tranquilamente Não é judia, pensou o sogro. (Saramago, 1992: 104).

É em Lisboa onde se encontra a corte. E apesar disso – ou talvez por isso – é uma cidade “imunda, alcatifada de excrementos, de lixo, de cães lazarentos e gatos vadios, e lama mesmo quando não chove [...] Lisboa cheira mal, cheira a podridão, o incenso dá um sentido à fetidez [...]” (Saramago, 1992: 28).

É nesta cidade que o populacho se esbalda durante as festas da Quaresma, única época do ano em que as mulheres obtinham autorização para ir sozinhas às igrejas, aproveitando a ocasião para encontrar-se mais à vontade com seus amantes. Também a rainha se encontra com o seu, mas de forma mais “recatada”: grávida e presa de sua obsessão religiosa, o seu encontro se dá apenas em sonhos já que é unicamente no espaço onírico que D. Ana se permite encontrar-se com o infante D. Francisco, irmão do rei e seu cunhado. Temos aqui um exemplo da sexualidade negada às mulheres, em contraponto aos excessos sexuais que aos homens é permitido e que se explicitam sobretudo através da personagem do rei Dom João V.

Este capítulo corrobora aquilo de falávamos anteriormente: às mulheres é destinado o espaço privado, a reclusão – neste caso explícita - em um espécie de convenção tácita por todos assumida e onde todos os envolvidos compartilham também em silêncio o fato de saberem-se envolvidos em uma situação de total hipocrisia e fingimento, o que é ilustrado pelo exemplo abaixo:

talvez que o costume de deixar que as mulheres corram as igrejas sozinhas na Quaresma, contra o uso do resto do ano, que é tê-las em casa presas, salvo se são populares com porta para a rua ou nesta vivendo, tão presas aquelas que se diz saírem, se são de nobre extracção, para ir à igreja somente, e apenas três vezes na vida, a ser baptizada, a ser casada, a ser sepultada, para o resto lá está a capela da casa. [...] Passou a Páscoa, que acordou toda a gente, mas reconduziu as mulheres à sombra das saias. (Saramago, 1992: 30 - 32).

Há entretanto, um grupo de mulheres que pode andar livremente pelas ruas; trata-se evidentemente de “mulheres de má vida” já que a sexualidade é,

para as mulheres, o pecado por excelência que tem em Eva o seu exemplo primeiro. Percebe-se que a literatura imita a realidade, demonstrando mais uma vez a falta de liberdade a que o elemento feminino estava submetido e confirmando ademais um chavão que ainda pode ser encontrado em muitas partes de nossos grupos sociais, onde a mulher não é dona nem do seu corpo nem possui qualquer tipo de autonomia: basta lembrar que em muitas situações de ataques contra mulheres, a vítima passa a ser culpabilizada, com argumentos que se referem ao fato de, por exemplo, ela ousar andar sozinha à noite ou trajar determinados tipos de roupa¹³.

Voltemos, entretanto ao texto literário. Vemos que a estratégia usada na narrativa não é vã, pois ao evidenciar o contraste existente nas diversas camadas de um mesmo espaço, fica patente que o objetivo do texto é desvelar, fazer ver o mundo cheio de contradições que aí se emaranham: o luxo cercado pela miséria, não só material como espiritual; um país onde a riqueza financiada pelo ouro extraído do Brasil se opõe à falta de condições de vida do povo; a liberdade aparente de que as mulheres dispõem é contrastada com uma liberdade que só permite dar-se em sonhos. Tal contraste revela sobremaneira as condições do sexo feminino às quais não só a rainha mas também mulheres de distintas

¹³ Desde 2011 vem tomando corpo em vários países do mundo os chamados „Slut walk“. Trata-se de um movimento que teve origem na cidade de Toronto após um representante da polícia culpar as vítimas de estupro e não o estuproador ao afirmar que “women should avoid dressing like sluts in order not to be victimized”, ou seja, que as mulheres deveriam se preocupar em não sair nas ruas se vestindo como uma slut (vadia, puta, etc) para não serem estupradas [...] Segundo o sítio da Slut Walk de Toronto, o termo Slut foi escolhido por ser uma denominação historicamente depreciativa em relação as mulheres. Por isso se deu a proposta de uma “reapropriação” da palavra, de modo a colocar nela outros valores, visto que o termo e suas traduções é carregado de uma simbologia fruto de “uma cultura patriarcal que aciona diversos dispositivos para reprimir a sexualidade da mulher, nos dividindo em ‘santas’ e ‘putas’”. Ou seja, as marchas contestam as simbologias que carregam os corpos das mulheres dependendo de sua maneira de vestir, agir e locais que frequentam na cidade. Isso porque, a organização generificada do espaço da cidade ainda é marcada pela existência de dois papéis exclusivos destinados às mulheres: ou você é “vadia”, “vagabunda” e “puta” (slut) / ou você é “esposa” e “moça de família”. Cada um destes papéis tem seu lugar simbólico na cidade: a esposa deve permanecer confinada às funções e ao espaço do “lar”; e as prostitutas restritas às funções e ao espaço destinado à prostituição (certas ruas da cidade, bordéis e as “zonas” de prostituição).” Fonte: <https://marchavadiascampinas.milharal.org> (Online: 01.07.2014).

posições sociais estavam submetidas e em relação às quais a personagem de Blimunda primará por oferecer uma postura diametralmente diferente.

A cidade de Mafra é outro espaço geográfico que encontra destaque no romance: é o lugar onde se erige o convento; aí se concentram milhares e milhares de trabalhadores em condições desumanas. Os homens se amontoam em barracas de madeira, perto de onde o chão "empapava-se de urina e excremento" (Saramago, 1992: 213). A labuta é árdua, como nos informa o narrador: dias fatigantes e noites mal dormidas em barracões cheios de piolhos, pulgas e percevejos. As condições de trabalho eram tão adversas que o narrador comenta que, embora o convento tivesse sido projetado para a glória e serviço de Deus, "Deus não está a olhar" e talvez esteja até "desviando os olhos de propósito." (Saramago, 1992: 217). Trata-se então, de um espaço de opressão forjada pela força do trabalho explorador, e que trará também consequências ligadas à questões de gênero já que tradicionalmente as mulheres se encontram em situação de dependência financeira de seus companheiros e familiares do sexo masculino.

Também é em Mafra que vive a família de Baltasar Sete-Sóis, ou seja, a cidade representa simbolicamente suas raízes, sua origem. A personagem nasceu e viveu grande parte de sua vida nesta pequena vila, agora transformada em um imenso formigueiro de homens oriundos de distintas regiões de Portugal, recrutados para o trabalho de construção do convento. Alguns vão por livre e espontânea vontade em busca de trabalho, mas uma grande maioria será recrutada à força.

Saramago imprime uma forte carga ideológica ao tratar desta construção: para sua realização, será necessário transportar uma pedra de dimensões desmesuradas desde a região de Pêro Pinheiro até Mafra. No percurso deste caminho, entremeado de desgraças, acidentes e dificuldades, Francisco Marques, um dos companheiros de Baltasar perderá a vida, esmagado sob o peso da pedra

megalítica. Assim, nos parece procedente caracterizar este espaço como sendo um espaço maldito, amaldiçoado e ao qual só se vai de forma não voluntária ou quando da impossibilidade de evitá-lo, e que também interfere na dinâmica do feminino já que a morte de um trabalhador neste tipo de sociedade equivalia quase sempre a condenar a sua companheira a uma vida de suprema miséria e penúria. Isto se explica pelo fato de que o gênero feminino não tinha acesso ao trabalho regular e conseqüentemente à autonomia econômica, como comprova a situação da viúva de Francisco Marques e também a situação de outras mulheres que buscam por seus companheiros, maridos, pais, irmãos, noivos ou filhos:

levaram-no forçado a trabalhar no convento, por ordem de el-rei, e nunca mais o vi, não voltou mais, terá morrido por lá, ter-se-á perdido no caminho, quem sabe, ninguém me soube dar notícia dele, ficou sem amparo a família, abandonada a terra, ou então levou-o o diabo. (Saramago, 1992: 355).

Percebemos também o espaço e tempo psicológicos presentes na narrativa. Entre várias outras passagens, podemos destacar o espaço onde predomina a angústia dramática da busca levada a cabo por Blimunda, quando do desaparecimento de Baltasar:

Se alguém passasse ali àquela hora, sentiria um medo mortal, uma mulher assim sentada, sem medo ela, é certamente uma bruxa, à espera de viajante para lhe chupar o sangue ou das companheiras com quem irá ao aquelarre. Contudo, é apenas uma desgraçada mulher que perdeu o seu homem, levado por ares e ventos, que faria todos os bruxedos para que ele regressasse, mas desses não conhece nenhum, de que lhe serviu ser capaz de ver o que os outros não vêem, de que lhe serviu ser recolhadora de vontades, se justamente elas foram que o levaram [...] Nove anos procurou Blimunda. Começou por contar-lhes as estações, depois perdeu-lhes o sentido. Nos primeiros tempos calculava as léguas que andava por dia, quatro, cinco, às vezes seis, mas depois confundiram-se-lhe os números, não tardou que o espaço e o tempo deixassem de ter significado [...] .(Saramago, 1992: 355).

Blimunda encarna nesta busca por seu companheiro e em outras passagens do romance um dos mais interessantes arquétipos ligados ao feminino, a saber, a figura da bruxa ou feiticeira. A sua peregrinação em busca de

Sete-Sóis dura nove anos e sua aparência física adquire neste momento alguns traços típicos das representações das bruxas: sua pele se torna tismada pelo sol, seu corpo perde peso a ponto de parecer-se com um espantalho ou um fruto seco. Foi, como informa o narrador “espantalho no meio de searas, aparição entre as moradores das vilas, susto nos pequenos lugares e nos casais perdidos.” (Saramago, 1992: 353). Tal como uma bruxa clássica, foi perseguida, maltratada e até apedrejada, mas também realizou prodígios. (V. Saramago, 1992: 355). É importante chamar outra vez a atenção para este arquétipo da feiticeira já que o tema da caça às bruxas oferece um vasto panorama sobre as perseguições sofridas pelas mulheres. Como já comentamos anteriormente, a perseguição às mulheres baseou-se entre outros, em superstições ligadas ao “mistério” da fertilidade feminina e também e principalmente em interesses pecuniários.

Igualmente há que se destacar o espaço feminino que é representado-apresentado por Blimunda, em uma postura totalmente em desacordo daquela que se esperaria de uma mulher em suas representações tradicionais: “Terminado o auto-de-fé, varridos os restos, Blimunda retirou-se, o padre foi com ela, e quando Blimunda chegou a casa deixou a porta aberta para que Baltasar entrasse. [...] Se eu ficar, onde durmo, Comigo.” (Saramago, 1992: 55 – 56). Trata-se de um exemplo prosaico, mas ainda assim relevante o suficiente para ilustrar o quanto a personagem era dona de decisão sobre o espaço físico que possuía - sua casa - e quem poderia ou deveria frequentá-lo, assim como era também dona de autonomia sobre o espaço de seu corpo (e é sabido que o corpo da mulher é tratado ainda hoje como propriedade ou coisa masculina), de modo que chegava até mesmo a desafiar as normas de vivência do prazer sexual feminino, normalmente interdito e condicionado:

(...) e abre-lhe os braços, quem, abre-os ele a ela, abre-os ela a ele, ambos, são o escândalo da vila de Mafra, agarrarem-se assim um ao outro na praça pública [...] Talvez alguém, talvez Blimunda, não por ter puxado Baltasar para a barraca, sempre foi mulher para dar o primeiro passo, para dizer a primeira palavra, para fazer o primeiro gesto, mas por uma ânsia que lhe aperta a garganta, pela violência com que abraça Baltasar, pela sofreguidão do beijo, pobres bocas, perdida está a

frescura, perdidos alguns dentes, partidos outros, afinal o amor existe sobre todas as coisas [...] fazendo seu o que era teu, agora tornando a ser teu o que foi dele, e tantas vezes que se perca o sentido do teu e do meu. (Saramago, 1992: 56 - 326 – 332).

Uma de suas primeiras transgressões será aquela que se refere à sua relação com Baltasar: antes mesmo de ser inquirida, a personagem aceita este Sete-Sóis como seu companheiro (V. Saramago, 1992: 56), tomando em suas mãos as rédeas de sua vida, sem pedir licença ou subordinar-se a outrem, como costume da época. Esta atitude prossegue quando do ritual de iniciação da vida de ambos como homem e mulher; não há excesso discursivo mas uma simbologia eloquente: “Com as pontas dos dedos médio e indicador humedecidos nele, Blimunda persignou-se e fez uma cruz no peito de Baltasar, sobre o coração. [...]. Depois o silêncio.” (Saramago, 1992: 57).

Outros exemplos que demonstram sua coragem ao enfrentar convenções e instituições de autoridade que não reconhece como suas, podem ser encontradas nos trechos em que ela se recusa a acudir à confissão quando chamada pelos padres, ao que a personagem responde que só iria se confessar quando se sentisse pecadora. (V. Saramago, 1992: 88 – 354). Uma resposta dessa espécie tem como resultado provocar a reflexão das outras mulheres: “afinal, que faltas são essas nossas, as tuas, as minhas (...)”, perguntam-se elas. Desta forma, ela coloca no foco central o questionamento contra as convenções e os mecanismos repressores e a autoritários exercidos por instituições como a Igreja e o Estado, e dá um exemplo prático de sororidade, ao fazer com que outras mulheres reflitam sobre suas condições de existência e a violência a que tantas vezes estão submetidas. Aliás, a violência de gênero também encontra lugar na narração, ilustrada pelo episódio da tentativa de estupro que o frade exerceu contra Blimunda.

É interessante notar que Blimunda nos é apresentada também como uma mulher que se ocupa de trabalhos prosaicos e tão quotidianos a tantas outras mulheres. Repare-se:

Num canto da abegoaria desenrolaram a enxerga e a esteira, aos pés delas encostaram o escano, fronteira a arca, como os limites de um novo território, raia traçada no chão e em panos levantada, suspensos estes de um arame, para que isto seja de facto uma casa e nela possamos encontrar-nos sós quando estivermos sozinhos. Em vindo o padre Bartolomeu Lourenço, poderá Blimunda, se não tem trabalhos de lavar ou cozinhar que ao tanque a levem ou ao forno a retenham, ou se não prefere assistir a Baltasar passando-lhe o martelo ou a turquês, a ponta do arame ou o feixe de vime, poderá Blimunda estar no seu resguardo de mulher de casa, que às vezes até a mais habituais aventureiras apetece, ainda quando não seja a aventura tanta como a que por derradeiro aqui se promete. (Saramago, 1993: 88).

Este trecho ilustra exemplarmente o quanto é possível ser protagonista, ocupar um papel especial e ao mesmo tempo, permitir-se ser quem se quer ser. Veja-se que Blimunda assume – também – um papel típico daqueles que se encaixam num rol de mulheres tradicionais, mas sem que tal signifique em nenhum momento uma postura de subserviência ao elemento masculino. Tomando o exemplo da ficção aprendemos o que é ter liberdade de ser, um direito ainda negado a muitas mulheres. Não é apenas o papel, a atuação de Blimunda que é um papel ativo, mas sua função na narrativa também o é, tal a força de sua autonomia discursiva, que lhe confere o protagonismo e a situação de visibilidade. Não há a necessidade por parte da personagem de forjar uma situação de competição, de ser avesso, contrário ou melhor: ela apenas é ao lado de seu par. Não se apresentam mais como polos antagônicos, e sim harmônicos entre si. E fundamental para isto é o fato de que Blimunda seja sujeito-de-si, com identidade própria.

Também é importante chamar a atenção para o fato de que Blimunda tem consciência de seu papel e toma ela mesma decisões acerca de sua vida, como ilustra a passagem a seguir. Nela, o narrador informa de maneira clara que não se trata de ser levada por Baltasar ou de aceitar que outros escolham por ela, mas

sim de, como indica o verbo, deliberar, escolher fazer algo, tomar uma resolução: “E sendo a Costa do Castelo longe de S. Sebastião da Pedreira, de mais para ir e vir todos os dias, decidiu Blimunda que deixaria a casa para estar onde estivesse Sete-Sóis. (Saramago, 1992: 87).

Ambos vivem em uma casa onde trabalho é compartilhado, não há em toda a obra sugestão ou alusão a respeito de uma relação de desigualdade entre os personagens. O resultado é um espaço onde habita, prosaicamente, a felicidade:

Vivem dentro da abegoaria, ou saem a tomar o sol, cerca-os a grande quinta abandonada onde as árvores de fruto vão regressando à braveza natural, as silvas cobrindo os caminhos, e no lugar da horta encrespam-se florestas de milhãs e figueiras-do-inferno, mas já Baltasar, com a foice, rapou a maior, e Blimunda, com o enxadão, cortou e pôs ao sol as raízes, havendo tempo ainda esta terra dará alguma coisa do que deve ao trabalho. (Saramago, 1992: 89).

A companheira de Baltasar tem liberdade de escolha e sua trajetória se opõe a toda a tradição construída e alicerçada no arcabouço falocêntrico existente: sua aventura pessoal, sua participação central como construtora da aeronave serve como elemento de contestação, a medida em que é também prova de sua autonomia e liberdade. É preciso que se ressalte tal aspecto, já que ele redesenha papéis sociais e é a prova da existência de um outro modelo que foge àquela representação feminina onde a mulher repousa em um pedestal de angelicalidade e perfeição ou ainda da representação onde o feminino equivale à figura do anjo caído, da Pandora responsável por todos os males, da Lilith sedutora ou Eva pecadora, tal como nos conta a tradição cristã.

Seja em uma condição ou em outra, o legado que a tradição patriarcal deixou é aquele que apresenta o feminino em condições de inferioridade e em contraposição ao qual, agora, Blimunda mostra a possibilidade de instauração de uma nova ordem e de um novo modelo. O próprio narrador, ironicamente, nos lembra que não há diferenças entre trabalhos de homem e de mulher, ainda que

se queira insistir nesta divisão de papéis: “quando Adão e Eva foram criados, tanto sabia um como sabia outro, e quando os expulsaram do paraíso, não consta que tenham recebido do arcanjo uma lista de trabalhos de homem e trabalhos de mulher” (Saramago, 1992: 232).

E há ainda uma questão de divisão social que é posta em relevo e que diz respeito ao grupo de trabalhadores que se ocupa da construção da máquina: no romance, eles são representados pelas figuras do padre Bartolomeu de Gusmão, Baltasar Sete-Sóis e sua mulher, Blimunda Sete-Luas.

O padre é o autor intelectual da passarola, e é uma figura singular: tem acesso direto ao monarca, e ao mesmo tempo, parece ser amigo de alguns dos condenados pela Inquisição, entre eles uma mulher condenada como blasfema e herege, fato que indica por si só uma enorme subversão. Vejamos o trecho a seguir, quando de sua conversa com um inquieto Baltasar:

E quando será isso, padre, quis Baltasar saber [...] Não sei te dizer, mas, tardando talvez eu possa dizer uma palavra a sua majestade, que me distingue com sua estima e protecção, Pode falar com el-rei, espantou-se Baltasar, e acrescentou, Pode falar a el-rei e conhecia a mãe de Blimunda, que foi condenada pela Inquisição, que padre é este padre [...] (Saramago, 1992: 62).

Baltasar e Blimunda são os outros personagens responsáveis pela montagem da máquina de voar; ele por possuir ganchos já que “há coisas que um gancho faz melhor que a mão completa, um gancho não sente dores se tiver de segurar um arame ou um ferro, nem se corta, nem se queima,” ela por ser, metaforicamente, o combustível que sustenta o vôo da máquina. (Saramago, 1992: 68). É de se destacar que Baltasar toma parte tanto da construção do convento quanto da construção da passarola, de forma que a personagem tem acesso a um mesmo tipo de experiência, isto é, o trabalho, com atributos totalmente divergentes.

O padre, a princípio, se atribuía maior importância: “Eu é que sou o inventor da passarola, eu decido do que convém”, ao que Baltasar objeta que “Mas somos nós quem a está construindo [...]” (Saramago, 1992: 167). Isto evidencia uma condição ímpar no mundo do trabalho, a saber, a consciência de **ser** força produtiva e **possuir** o poder da criação, e o orgulho que daí advém. Além disso, vemos aqui um grande exemplo da subversão que permeia a trama, já que o trio se caracterizará por ser uma perfeita democracia, livre de hierarquias, apesar do contraste evidente de suas posições sociais. Mas, o mais importante a ser ressaltado é que aqui o “outro” de que falávamos anteriormente, aquele ser marcado que tradicionalmente ocupa a posição menos privilegiada em um dado meio cultural, em oposição a algo que representa um polo dominador em uma relação hierárquica, passa a ser agora “Outro” numa relação de interação e interatividade que configura as identidades sociológicas, como postulado por Hall. (V. Hall, 2006: 11).

A personagem de Blimunda é um dos elementos que mais deixa perceber a inversão de perspectivas que o romance oferece; ela possui um caráter especial, apesar de sua origem, de sua simplicidade, e se caracteriza por possuir ao mesmo tempo atributos prosaicamente tradicionais ao lado de outros tantos atributos excepcionais que se relacionam à sua capacidade de ver. A companheira de Baltasar nos é apresentada por sua mãe, por meio de quem sabemos que tem “olhos que tudo são capazes de ver” (Saramago, 1992: 53). Blimunda vê apenas aquilo que está no mundo, e o que ela vê é “é a maior das tristezas, ou sentido que ainda não podemos suportar” (Saramago, 1993: 79) numa alusão explícita à uma ordem reinante onde impera o desequilíbrio e a desigualdade.

Uma constante sempre presente no *Memorial do Convento*, como já afirmávamos, é aquela que se refere à inversão, aos contrastes. Uma das maneiras de contrastar coisas distintas é através da visão: o ato de olhar, de

enxergar e de ver, cada um em sua gradação correspondente, ajuda a que o individuo possa se aproximar da coisa, do objeto. A filósofa brasileira Marilena Chauí diz que

Se o olhar usurpa os demais sentidos fazendo-se cânone de todas as percepções, é porque como dizia Merleau-Ponty, ver é ter a distância. O olhar apalpa as coisas, repousa sobre elas, viaja no meio delas, mas delas não se apropria. (Chauí, 1998).

A visão é um elemento essencial no romance e além do campo lexical que remete sempre à condição de ver, a temática dos olhos é retomada com frequência: temos, por exemplo, Sebastiana de Jesus, a mãe de Blimunda, que foi condenada ao degredo, por, entre outras coisas, ter visões e revelações. É Sebastiana também aquela que pela primeira vez faz referência aos olhos da filha, olhos que são capazes de tudo ver, até mesmo o interior das pessoas. É através de seus olhos que Blimunda possui a capacidade de recolher as vontades existentes no interior dos homens, vontades estas que servirão de combustível para que voe a passarola. Foram igualmente os olhos de Blimunda que cativaram a Baltasar, dando origem ao amor entre ambos:

[...] porque olhos como estes nunca se viram, claros de cinzento, ou verde, ou azul, que com os olhos de fora variam, ou com os pensamentos de dentro, e às vezes tornam-se negros nocturnos, ou branco brilhante como lascado carvão de pedra. (Saramago, 1992: 55)

Ao contrário do que pode parecer a partir da afirmação acima sobre o dom de enxergar o que os demais não veem, o excesso de ficcionalização dada por esta característica de Blimunda assegura que o texto cumpra o papel de apontar para uma outra abordagem: seus olhos excessivos servem de pano de fundo para romper com todo o dogmatismo e falsos fundamentos que respaldam a condição submissa da mulher, como num farol de alerta para que se mire mais além daquilo que estamos condicionados e acostumados a ver. A visão serve também de instrumento a mais uma crítica mordaz, proferida, como de costume, pelo

narrador:

Blimunda quieta, de olhos fechados, alargando o tempo do jejum para se lhe aguçarem as lancetas dos olhos, estiletos finíssimos quando enfim saírem para a luz do sol, porque este é o dia de ver, não o de olhar, que esse pouco é o que fazem os que, olhos tendo, são outra qualidade de cegos. (Saramago, 1992: 79).

Este será talvez o pior tipo de cego, aquele que não quer ver. Ou quem sabe, será aquele a quem só cabe mirar-se no espelho da futilidade, como é o caso do rei.

Ainda no que se refere aos olhos e à visão, é digno de comentário também o fato de que os personagens nos são apresentados através dos olhos do narrador, isto é, nossa visão é intermediada. Podemos concluir que há uma intenção oculta nesta intervenção, e que poderia relacionar-se com a estratégia de guiar os olhos do leitor.

Assim, o narrador nos mostra, por exemplo, a família real de forma totalmente caricata, enquanto reserva aos heróis dos pés descalços – Blimunda, Baltasar e os construtores do convento – um lugar de destaque.

Blimunda servirá de exemplo ainda em uma outra vertente na qual o elemento feminino normalmente aparece em situações estereotipadas, nomeadamente o amor romântico. Em sua obra *A terceira mulher*, livro que analisa a condição feminina, o escritor francês Gilles Lipovetsky aponta que a cultura amorosa sempre se pautou por uma disparidade de papéis entre homens e mulheres, o que pode ser observado através de como se dão os atos de sedução, através da moral sexual e também através da importância e significação que cada um dos sexos atribuem ao amor. Além disso, de acordo com o autor, há um lugar privilegiado na identidade feminina ocupado pelo amor e que está

associado a um conjunto de fenômenos que assinalam à mulher o papel de esposa e também a inatividade profissional (V. Lipovetsky, 1997: 20).

Deste modo, de acordo com o autor, o amor romântico funciona na verdade como instrumento e forma de submissão da mulher:

A divisão sexual dos papéis afectivos enraíza-se numa representação da feminidade cuja essência é de se dar, de existir para o outro, de dedicar a sua vida à felicidade do homem. Ao celebrar o poder do sentimento sobre a mulher, ao defini-la através do amor, os modernos legitimaram o seu isolamento na esfera privada: a ideologia do amor contribuiu para que se reproduzisse a representação social da mulher naturalmente dependente do homem, incapaz de aceder plenamente à plena soberania da sua pessoa. (Lipovetsky, 1997: 20).

Mas, como mostra a narrativa, não há nada que impeça a existência de um amor romântico, num molde semelhante àqueles que a tradição literária nos tem apresentado: em perfeita relação de harmonia com Baltasar, a trama confronta a longa tradição que explica a existência do amor romântico como signo de subserviência feminina, mostrando uma alternativa baseada em respeito mútuo. São estes dois personagens quem melhor sabem se ver um ao outro, já que se veem com os olhos da alma, sendo desnecessárias as palavras para que se comuniquem: “não falou Blimunda, não lhe falou Baltasar, apenas se olharam, olharem-se era a casa de ambos.” (Saramago, 1992: 109).

São os olhos de Blimunda aqueles que podem fazer movimentar a passarola: só ela possui o poder de recolher as vontades existentes em cada pessoa. Mas talvez ainda mais interessante que isto, e ocorrência posta em relevo pelo narrador, é o fato de que Blimunda – ainda mais que Baltasar – sabe ver com os olhos do amor: Baltasar não tem espelhos, nos informa o narrador. Então, são os nossos olhos, através dos olhos do narrador, que veem um homem de barba branca, com a testa cheia de rugas e os ombros descaídos. (Cf. Saramago, 1992: 326). Os olhos do amor, no entanto são capazes de ver a realidade, e é desta maneira que onde nós víamos um velho, Blimunda vê um

homem novo: possui olhos que veem as coisas como elas são, o modo mais difícil de ver.

No capítulo final, serão os olhos de Blimunda que, num último arroubo de suas forças, reunirão a si a vontade de Baltasar. Poderia tratar-se de mais uma simples história de amor, para dar corpo à ficção, no entanto, temos aí uma questão extremamente complicada: a da ótica da verdade.

A visão privilegiada de Blimunda nos remete à teoria da caverna e nos faz refletir sobre o fato de ver sob as aparências e não contentar-se com a superfície. Talvez a língua alemã expresse ainda com mais propriedade esta diferença: Blimunda é capaz de diferenciar entre “schein”, “scheinen”, isto é, algo relacionado às aparências e “Erscheinung”, a visão que alcança em profundidade. Deste modo, a personagem encarna aquele que pode ver mais além das sombras. Eis a palavra chave que nos remete outra vez ao ofício do educador, aquele que ajuda a lançar luz, assunto ao qual voltaremos nos próximos capítulos.

Abordamos neste capítulo a trajetória de Blimunda, e neste percurso pudemos tratar da problemática ligada à questão feminina e apontar alternativas de abordagem àqueles estereótipos que povoaram anteriormente a representação das mulheres.

O próximo capítulo terá como foco a personagem de Ponciá Vicêncio, que apresenta uma especificidade dentro da discussão de gênero: trata-se de um personagem que, além de ser mulher, é negra, apontando para uma discursividade específica, resultante e resultado de outros entrelaçamentos sociais e literários.

3. PONCIÁ VICÊNCIO DE CONCEIÇÃO EVARISTO – A PERSONAGEM FEMININA, O TEMPO E O ESPAÇO

*Dicen que yo de solo estar fui apagándome
Como la luz lenta y azul del atardecer
Dicen que estoy secando al sol de la soledad
Que por estar en mi raíz
Ya no crezco más¹⁴*

Ponciá Vicêncio é a protagonista da obra do mesmo nome escrita por Conceição Evaristo e publicada pela primeira vez no ano de 2003. No decorrer de suas 132 páginas, divididas em 46 capítulos curtos e densos, conhecemos a personagem cuja história se relaciona com circunstâncias históricas que conformaram a vida da população afro brasileira e nos remete a todo momento para um quadro social onde a exclusão se concentra majoritariamente sobre as pessoas de cor negra. É deste modo que ficção e realidade se imbricam já que a matéria narrativa retrata nas suas linhas e entrelinhas a realidade da maior parte da população afrodescendente.

A dimensão de importância da publicação de *Ponciá Vicêncio* poderá talvez ser melhor mensurada se observarmos alguns números levantados por Regina Dalcastagné em pesquisa realizada no ano de 2008 a respeito da representação da população negra na literatura contemporânea brasileira.

Analisando um corpus que contabilizou o total de 258 romances da autoria de 165 escritores diferentes, publicados pelas três das mais importantes editoras do Brasil (Companhia das Letras, Record e Rocco) entre os anos de 1990 e 2004, a autora constatou que 72,7% destes autores são homens e que 93,9% dos autores e autoras são brancos. Em 56,6% dos romances não foram encontradas

¹⁴ Trecho de uma canção intitulada „Fuego en Anymana“ da autoria de Armando Tejada Gómez e César Isella, tornada famosa na voz de Mercedes Sosa.

personagens não-brancas. O total de obras onde não há nenhuma personagem não-branca corresponde a 1,6% do total, e dois livros, sozinhos, são responsáveis por apresentar mais de 20% das personagens negras. De um total de 1245 personagens analisadas, 79,8% são brancas contra 7,9 negras, 6,1% mestiças, 1,2% indígenas e 0,6% orientais. E se 7,9% dos personagens são negros; deste total apenas 5,8% são protagonistas e 2,7% ocupam a posição de narradores. Em relação às personagens femininas, apenas três são protagonistas e destas, somente uma assume o papel de narradora.

A pesquisa mostrou ainda que as personagens negras ocupam uma faixa etária significativamente mais jovem e que o acompanhamento da vida destes personagens é menor, se comparado às personagens brancas. De acordo com a autora, esta diferença na faixa etária deve-se a que 33% das crianças e 56% dos adolescentes negros são apresentados como dependentes químicos, o que permite imaginar que morram mais cedo, enquanto que apenas 4% das crianças e 8% dos adolescentes brancos são retratados desta forma.

Em relação à situação socioeconômica, diz a autora que “nos romances estudados, os negros são (quase sempre) pobres, mas os pobres não são necessariamente negros.” (V. Dalcastagnè, 2008: 90 – 91), pois, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE no ano de 1999, 42,4% dos pretos e 48,4% dos pardos são pobres ou indigentes, mas nos romances pesquisados a proporção é de respectivamente 83,7% e 56,6%. Da pesquisa resultou também a constatação de que 58,3% das personagens negras masculinas tem como ocupação “bandido/contraventor” contra 11,5% dos brancos apresentados na mesma situação, e constatou-se ainda que 47% dos negros é classificada como criminosos, contra 9% dos brancos.

No tocante à religião, a autora aponta a presença de uma visão estereotipada e até mesmo preconceituosa, associando as religiões afro-brasileiras à maior porcentagem de pobres e miseráveis, com apenas 10,8% dos seguidores destes cultos pertencem à elite cultural. Como resultado, alcançou-se

ainda que 70% dos praticantes da umbanda e do candomblé são negros, números desmentidos pelos dados do IBGE referentes ao ano de 2002, onde constavam como brancos o total de 50,4% de seguidores destas religiões, contra 18,2% de pretos, 29,8% de pardos e 0,3% de amarelos.

Tais resultados evidenciam que a literatura tende a ressaltar um perfil que esconde a diversidade presente na realidade. Expõem ainda a profunda falta de equidade nas representações literárias de maior circulação. É o que constata a historiadora Regina Dalcastagnè:

A pesquisa não comunga de nenhuma noção ingênua da mimese literária – que a literatura deva ser o retrato fiel do mundo circundante ou algo semelhante. O problema que se aponta não é o de uma imitação imperfeita do mundo, mas a invisibilização de grupos sociais inteiros e o silenciamento de inúmeras perspectivas sociais, como a dos negros. A proposta, então, é entender o que o romance brasileiro recente – aquele que passa pelo filtro das grandes editoras, atinge um público mais amplo e influencia novas gerações de escritores – está escolhendo como foco de seu interesse, o que está deixando de fora e, enfim, como está trabalhando as questões raciais. (Dalcastagnè 2008: 89).

Ponciá Vicêncio é um romance escrito por uma mulher negra, o que acrescenta ainda mais relevo ao feito se atentarmos a que um grande percentual de pessoas desta etnia, e em especial as mulheres, subjugadas por uma dupla jornada de trabalho, sequer tem a chance de se alfabetizar fazendo com que perdue a (re)produção de todo um ciclo de marginalização. A autora, ela mesma filha de uma lavadeira, moradora de uma favela e desde pequena confrontada com o racismo em sua existência, teve seus primeiros contatos com o mundo das letras através das histórias contadas pelos mais velhos, demonstrando assim a importância das narrativas orais na formação do indivíduo. Hoje Doutora em Literatura Comparada e Mestre em Literatura Brasileira, Conceição Evaristo também atua na assessoria e consultoria em assuntos afro-brasileiros, de literatura, educação e gênero.

Note-se também que esta escritura é um lugar onde uma mulher afro-ascendente assume a narração de sua história, deixando de ser objeto para tornar-se produtora de sua própria trajetória, expressando suas opiniões e desejos em contraste com uma literatura onde o sujeito negro, descrito sob a tutela do escritor branco, foi comumente referenciado a partir de uma perspectiva depreciadora onde se destacavam personagens com características negativas. Como exemplo, pensemos nas personagens negras coisificadas, com atributos exacerbados de forte apelo sexual como o das mulatas hipersexualizadas, obscenas e promíscuas ou na personagem do negro fujão, passivo, ignorante e sem moral, tipos que ainda perduram no imaginário popular com o incentivo da mídia literária, musical e televisiva. Assim ilustra Pessanha:

Destacando a roupagem estereotípica de como os negros são vestidos em várias obras brasileiras, queremos ressaltar a afasia, o mutismo, a impossibilidade de linguagem que caracteriza muitas personagens ficcionais negras sob a pena de muitos autores. [...] Percebe-se que a personagem feminina negra não aparece como musa ou heroína romântica (pelo contrário, antimusa, não aparece como “rainha do lar”). A representação literária da mulher negra, ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de mulher-mãe, perfil desenhado para as mulheres brancas em geral.[...] Na ficção romanesca, quase sempre, as mulheres negras surgem de maneira aviltada, vistas como infecundas, perigosas. Aparecem caracterizadas por uma animalidade como a de Bertoleza, que morre focinhando, ou por uma sexualidade desenfreada como a de Rita Baiana, que macula a família portuguesa, ambas personagens de *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo (1857-1913). Outras se apresentam como tolas ou por uma ingênua conduta sexual. (Pessanha, 2006).

Vejamos ainda o que aponta Regina Dalcastagnè (2008):

A literatura contemporânea reflete, nas suas ausências, talvez ainda mais do que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira. É o caso da população negra, que séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discurso. Na literatura, não é diferente. São poucos os autores negros e poucas, também, as personagens – uma ampla pesquisa com romances das principais editoras do País publicados nos últimos 15 anos identificou quase 80% de personagens brancas, proporção que aumenta quando se isolam protagonistas ou narradores. Isto sugere

uma outra ausência, desta vez temática, em nossa literatura: o racismo. Se é possível encontrar, aqui e ali, a reprodução paródica do discurso racista, com intenção crítica, ficam de fora a opressão cotidiana das populações negras e as barreiras que a discriminação impõe às suas trajetórias de vida. O mito, persistente, da “democracia racial” elimina tais questões dos discursos públicos, incluindo aí o do romance. (Dalcastagnè 2008: 87).

O que Dalcastagnè assinala guarda ainda relação com outros aspectos da vida política, ideológica e cultural: politicamente, revela relações de poder que ainda permanecem baseadas em distinções raciais; ideologicamente aponta para um eurocentrismo ainda existente e, culturalmente, desvela um racismo renitente. Se não há circulação de obras que mostrem outros pontos de vista, incluso devido ao fato de não encontrarem apoio em instâncias de grande circulação, propaganda e legitimação, como no mercado editorial por exemplo, tal tipo de narrativa continuará marginal. Dalcastagnè destaca ainda o fato de que este não é apenas um problema político, mas também de cunho estético, “uma vez que implica na redução da gama de possibilidades de representação”. (Dalcastagnè, 2008: 97). Ela vai mais além, e descreve o círculo vicioso que se dá na relação entre a preservação do preconceito e a legitimação do racismo nos discursos artísticos:

Assim, o preconceito pode continuar sendo veiculado porque a sociedade se mantém preconceituosa, e ela se mantém preconceituosa porque vê seus preconceitos se “confirmarem” todos os dias nas diferentes representações sociais. Daí a necessidade da denúncia desse processo. (Dalcastagnè, 2008: 97).

Ainda que já existisse uma narrativa da autoria de pessoas negras, como o confirmam já no século XVII a existência de nomes como Luís Gama, Maria Firmina dos Reis ou Lima Barreto, esta produção permaneceu em meio a opacidade, sem encontrar grande chance de recepção e de circulação junto às instituições literárias. Só muito recentemente recaiu sobre ela maior visibilidade graças sobretudo à atuação do movimento negro, que fomentou a consciência e

discussão sobre a identidade racial e ampliou o debate acerca da disparidade de tratamento existente entre negros e brancos.

Tal discussão refletiu-se na literatura, dando ensejo a que fossem resgatados e ressignificados, ainda que de forma tímida se comparada aos elementos não-brancos, componentes que remetem às origens, aos traços físicos, aos valores, à cultura, à religião, à estética e às especificidades do povo de ascendência africana, desta vez livres do “filtro” da visão do colonizador. Sobre este assenhoreamento da escrita negra, Bernd destaca a forma como o enunciador se manifesta ocupando estratégico lugar de fala. Esta forma de manifestação, que a autora aponta na produção da poesia, pode ser estendida também à prosa e ao seu narrador:

Esse eu lírico em busca de uma identidade negra instaura um novo discurso – uma semântica do protesto – ao inverter um esquema onde ele era o Outro: aquele de quem se condoíam ou a quem criticavam. Passando de outro a eu, o negro assume na poesia sua própria fala e conta a história de seu ponto de vista. (Bernd, 1988 *apud* Pereira, 2009)

Maria Nazareth Soares Fonseca (2006) destaca que a denominação “literatura afro brasileira” e outras denominações afins, como por exemplo aquelas agrupadas sob nomenclaturas como “literatura negra”, “poesia negra” e/ou “cultura negra”, ganharam notoriedade quando do surgimento da necessidade de uma discussão mais aprofundada acerca da identidade cultural brasileira: por muito tempo imperou no país a ideia de uma mistura amigável e pacífica, de uma democracia racial. A necessidade de reconhecer suas raízes levou entretanto a debates que puseram em destaque a “emergência de novos sujeitos sociais, que reivindicam a incorporação de territórios discursivos antes relegados ao silêncio ou, quando muito, às bordas do cânone cultural hegemônico”, como aponta Duarte (V. Duarte, 2008).

O uso de tais conceitos relativos à “literatura negra” não é objeto de

consenso entre os escritores, mas se reveste de importância por ajudar na compreensão sobre “os mecanismos de exclusão legitimados pela sociedade” já que grande parte da literatura e cultura que remetam de alguma forma à cultura afro são descaracterizadas, não enfatizadas ou simplesmente omitidas. Deste modo, continua Fonseca:

quando nos referimos à literatura brasileira, não precisamos usar a expressão “literatura branca”, porém, é fácil perceber que, entre os textos consagrados pelo “cânone literário”, o autor e autora negra aparecem muito pouco, e, quando aparecem, são quase sempre caracterizados pelos modos inferiorizantes como a sociedade os percebe [...] a denominação “literatura negra”, ao procurar se integrar às lutas pela conscientização da população negra, busca dar sentido a processos de formação da identidade de grupos excluídos do modelo social pensado por nossa sociedade. Nesse percurso, se fortalece a reversão das imagens negativas que o termo “negro” assumiu ao longo da história. Já a expressão “literatura afro-brasileira” procura assumir as ligações entre o ato criativo que o termo “literatura” indica e a relação dessa criação com a África, seja aquela que nos legou a imensidão de escravos trazida para as Américas, seja a África venerada como berço da civilização. Por outro lado, a expressão “literatura afrodescendente” parece se orientar num duplo movimento: insiste na constituição de uma visão vinculada às matrizes culturais africanas e, ao mesmo tempo, procura traduzir as mutações inevitáveis que essas heranças sofreram na diáspora. (Fonseca, 2006).

Assumimos aqui que este tipo de literatura, independentemente de sua nomenclatura, tem entre os seus principais objetivos a intenção de denúncia, uma política de resistência, e a busca pela identidade do povo negro. Mesmo tendo em conta que se trata de um conceito ainda em construção, o professor Eduardo Duarte aponta alguns componentes que caracterizam a literatura afro-brasileira, como a temática, a autoria, o ponto de vista, a linguagem e ainda um público leitor afrodescendente. (V. Duarte, 2008). Para os fins deste trabalho, utilizaremos indistintamente as expressões “literatura negra”, “literatura afro-brasileira” e ainda “literatura afrodescendente”, ainda que saibamos que há critérios que levam a uma distinção entre estes conceitos, mas cuja definição extrapola os âmbitos deste trabalho. Sobre o lugar que o romance de Conceição Evaristo ocupa na literatura brasileira, afirma Duarte:

Se entendido como texto de autoria afrodescendente, tratando de tema vinculado à presença desse segmento nas relações sociais vividas no país, a partir de uma perspectiva identificada politicamente com as demandas e com o universo cultural afro-brasileiro e destacando ainda o protagonismo negro nas ações, em especial aquelas em que se defronta com o poder e com seus donos, não há dúvida de que Ponciá Vicêncio não só preenche tais requisitos, como ocupa o lugar supostamente vazio do romance afro-brasileiro. (Duarte, 2006).

Como veremos mais adiante, os personagens de Conceição Evaristo são construídos de forma a que se perceba em cada um deles a complexidade de sentimentos, inquietações, conflitos e incertezas tão típicos de toda a espécie humana, livre dos maniqueísmos e das formas caricaturais típicas.

A narrativa de Ponciá Vicêncio se constrói a partir de reiterados cortes temporais onde passado e presente se sobrepõem, e a trama acompanha a personagem desde a sua mais tenra idade até a sua fase adulta, quando ela reencontra a família que havia deixado anos atrás em seu povoado natal após habitar por anos em uma favela na cidade grande. Descendente de pessoas escravizadas, negra e de escassos recursos, Ponciá é o modelo que representa o cotidiano de tantas pessoas que, tal como ela, sofrem sob a tripla discriminação por serem mulheres, negras e pobres, sujeitas ao desamparo, à injustiça, à pobreza e ao alijamento.

Conhecemos Ponciá através de uma narrativa que se inicia em retrospectiva, em sua fase de menina, quando a personagem acompanha a mãe em sua lida diária que se ambienta em um esfera predominantemente rural. Deste núcleo familiar fazem parte também o irmão de Ponciá, de nome Luandi, e o pai de ambos, cujo nome não é mencionado durante toda a narrativa. Todos vivem algures no interior do Brasil em um lugar chamado Vila Vicêncio, propriedade pertencente a uma família do mesmo nome e a quem pertenciam também os escravos que acabaram por herdar o nome desses senhores escravocratas.

Ainda que se trate de uma infância sofrida e miserável e que a menina não tenha, por exemplo, a chance de frequentar a escola, trata-se de uma época feliz em sua relação com o meio que, embora ela não saiba, será futuramente fundamental em sua herança de vida. Eis assim que no começo da narrativa, através do recurso ao *flashback*, vemos uma Ponciá já adulta recordando sua meninice: um tempo de fruição, de descobertas e deslumbramento, de sensação de liberdade, de correr e brincar, de acreditar em crendices e por isso ter medo de passar por baixo do arco-íris e, em seu imaginário infantil, virar menino; tempo das brincadeiras com as bonecas de milho, de viver e experimentar a natureza. Era a época em que a personagem “gostava de tudo, [...] divertia-se brincando. [...] O tempo corria [...] Ela nem via.” (Evaristo, 2003: 09), vivendo num tempo de encantamento típico da infância. O simbolismo presente nesta simples gestualidade infantil aponta para diferentes formas de compreender o tempo, o espaço e a sua relação com a natureza, refletindo uma outra estrutura de pensamento e outra forma de estar no mundo. Lembremos aqui a chamada “praxis social” que tem em grande parte do continente africano uma profunda relação com a natureza, como mostra a cosmogonia africana.

A correlação com a cultura negra é evidente também por outro aspecto: tal como a criança é “educada” a crescer e abandonar crenças infantis e adaptar-se ao mundo dos adultos, o mesmo dá-se em relação à cultura negra, que tem de tornar-se passiva, apagar-se e tornar inexpressiva a sua cultura, criando as condições para que a colonização cultural permaneça. O trecho a seguir, da autoria de Munanga exemplifica como se processa este “apagamento”:

Pesquisas científicas recentes identificam na África o berço da humanidade e demonstram que a África está no início e no centro da história universal do mundo.

Ao recolocar o Ser negro no início e no centro da história da humanidade, essas pesquisas científicas fazem à África uma grande justiça, devolvendo-lhe sua contribuição ao mundo que ajudou a povoar e a construir e da qual foi rechaçada por razões ideológicas.

Assim passamos a constatar que os africanos negros iniciaram e desenvolveram as invenções científicas e tecnológicas como agricultura, matemática, medicina, embarcações marítimas e tecnologia

naval, metalurgia de bronze e de ferro, domesticação das plantas e dos animais, e outras que explicam sua capacidade de migrar para povoar e levar cultura a outros continentes (Ásia, Europa, América, Oceania). Nos relatos dos viajantes árabes e europeus estão presentes testemunhos oculares dos impérios, reinos e estados centralizados, das artes e tecnologias em todas as regiões africanas. No entanto, depois da Conferência de Berlim (1884-1985) quando as potências coloniais européias dividiram o continente entre si para subjugar-lo e explorá-lo, todas essas realidades desvaneceram como fumaça. As belezas naturais deixaram o lugar para as selvas perigosas e ameaçadoras; os impérios e reinos foram substituídos pelas tribos e hordas primitivas em guerras permanentes umas contra outras; as religiões foram substituídas pela feitiçaria, idolatria e superstições ridículas com o objetivo de justificar e legitimar a Missão Civilizadora do Ocidente civilizado e do Homem branco. [...] Até hoje se especula que a Esfinge do Egito seria uma pedra gigantesca modelada pela força dos ventos e não uma obra humana com rosto negróide ou até que a construção da cidade murada de Monomotapa seria obra de extraterrestres! (Munanga, 2007).

Trata-se de um não reconhecimento que se relaciona sobretudo com uma tradição consolidada em muitos meios sociais de apagar diferenças étnico-culturais, negando a origem afro-diaspórica que se faz presente na atualidade.

Esta anulação, esta falta de reconhecimento em relação ao que é plural e diferente, esta negação de seus traços culturais, se encarna na personagem Ponciá Vicêncio pelo fato de ela ter recebido não apenas a herança da memória histórica da escravidão, senão que também as consequências palpáveis que daí advieram, como ilustra o trecho a seguir: “Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida”. (Evaristo, 2003: 83-84).

Em essência, o que ela possui é, contraditoriamente, o “ser desenraizada”, que remete ao postulado por Hall em relação ao deslocamento ou descentração do sujeito, isto é um duplo deslocamento que constitui uma crise de identidade. (V. Hall, 2006: 09). Já de início, Ponciá é despojada de um nome, já que o sobrenome “Vicêncio” que nomeia a ela e a toda a sua família provém dos

antigos senhores donos da terra, funcionando assim como uma marca de dominação, fazendo lembrar a todo momento a exclusão identitária. Tal patrimônio trará, é claro, reflexos sobre toda a trajetória e a personalidade de Ponciá.

Se aliarmos esta breve explanação à questão já levantada anteriormente sobre nomear e conceder identidade, vemos que a personagem encontra-se em um grande processo de contradição interno: não ter um nome equivale a ser rasurado, esquecido, condenado a ser apagado da história. Por outro lado, levar um nome - um dos maiores símbolos da nossa identidade - que ela não reconhece como seu equivale a carregar sempre consigo o peso de uma opressão e a lembrança de uma história injusta:

“Uma noite ela passou todo o tempo diante do espelho chamando por ela mesma. Chamava, chamava e não respondia [...] Na assinatura dela, a reminiscência do poderio do senhor, de um tal coronel Vicêncio. O tempo passou deixando a marca daqueles que se fizeram donos das terras e dos homens” (Evaristo, 2003: 16 - 29)

Há ainda a questão do território: na obra, os moradores negros são enganados pelos senhores escravocratas brancos, em primeiro lugar para que estes continuem a ter por perto e por menor custo a mão de obra barata que necessitam para suas lavouras e, em segundo lugar, quando alegam proteger e ajudar os ex-escravos, acabam por surrupiar a propriedade que estes últimos tinham herdado legalmente.

Trata-se de uma relação de poder e de posse, que se repete de geração em geração, engendrando um sentimento de incongruência: ter-se um nome que não é seu, porque se lhe foi imposto, viver em uma terra que não é a sua, porque foi sequestrada e obrigado a nela trabalhar. O resultado concreto será a dificuldade em poder ancorar a memória e a vivência.

As consequências destes episódios se farão sentir na existência da personagem, que adotará uma atitude de desilusão ante sua realidade, ao tomar consciência do seu mundo e das vicissitudes em que vive: é assim que a Ponciá já adulta se mostra como alguém que “não sonhava e não inventava nada para o futuro” (Evaristo, 2003: 16). Tal comportamento pode ser confundido com resignação, mas aponta de fato para a impossibilidade de uma vivência completa, que se traduz no enorme silêncio – sendo esta, aliás uma das características mais marcantes da obra – e no alheamento como forma de tomar posição. Soa muito a propósito a colocação de Taylor, sobre a necessidade de reconhecimento e as consequências que advêm de sua ausência e que tão claramente se manifestam na personagem que analisamos:

A exigência de reconhecimento [...] adquire uma certa premência devido a suposta relação entre reconhecimento e identidade, significando este ultimo termo qualquer coisa como a maneira como uma pessoa se define, como e que as suas características fundamentais fazem dela um ser humano. A tese consiste no facto de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorrecto podem afectar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe. (Taylor, 1994: 45).

As lembranças de Ponciá, suas memórias e *flashbacks* servem ainda de veículo para que possamos conhecer a sua família e indicam que o tema referente à ancestralidade será fundamental na narrativa. Tomamos contato em primeiro lugar com o seu avô, a personagem chamada Vô Vicêncio, que ela mal chegou a conhecer já que o mesmo falecera quando ela era ainda um bebê, mas que Ponciá ainda guarda em suas lembranças: descreve-o como um homem que se caracterizava por seu choro misturado ao riso, suas palavras ininteligíveis e seu braço mutilado, que ele levava sempre atrás das costas. E a menina, ainda bebê, repetirá o mesmo gesto ao aprender, repentinamente, a andar “com um dos braços escondido às costas e [...] a mãozinha fechada como se fosse cotó”.

(Evaristo, 2003: 13). Este tipo de gesticulação assustará a todos, exceto ao pai de Ponciá; ele será o único a tomar como natural esta gestualidade compartilhada entre gerações. Será ainda o pai de Ponciá quem diz que a menina terá uma herança deixada por Vô Vicêncio. Temos aqui um dos mais importantes elementos da narrativa: o tempo. O tempo que une e separa avô e neta é ao mesmo tempo um cruel adversário e um fiel aliado na trajetória de Ponciá. Esta relação entre os dois membros da família tomará a forma material de um boneco, moldado em barro pela então menina e que representa à perfeição a figura do avô Vicêncio.

Todos estes aspectos falam sobre relações interpessoais, mas também evidenciam uma trajetória que parte do pessoal para atingir o coletivo, tendo em vista que o romance trata alegoricamente da micro diáspora de Ponciá Vicêncio que por sua vez simboliza a diáspora de todo um povo, o povo negro, no sentido em que aponta Bernd, citado por Souza:

o *eu* individual funde-se no *nós* coletivo, evidenciando um empenho em delinear uma identidade comunitária que [...] corresponde à participação afetiva a uma entidade coletiva, constituindo-se no alicerce constante de todas as formas de identidade. (Bernd, 1988: 78, *apud* SOUZA, 2011: 104).

Ainda em relação à família de Ponciá, de seu pai a personagem revela ter poucas lembranças, já que o mesmo trabalhava longe, nas terras dos brancos, dividindo seu tempo entre semear e realizar a colheita que resultará em lucro para um outro que não si próprio. Será a morte do elemento paterno um dos motivos que impulsionarão Ponciá Vicêncio em sua mudança para a cidade, pois “estava cansada de ver a terra dos negros coberta de plantações [...] e depois a maior parte das colheitas ser entregue aos coronéis” (Evaristo, 2003: 32). Ela aspira assim à sua emancipação por ter consciência da marginalização em que vive.

A viagem de Ponciá tem como correlato histórico um evento fundamental na biografia do povo negro brasileiro, nomeadamente a diáspora, fenômeno a que

vários estudiosos da obra de Conceição Evaristo aludem em relação ao romance. Em seu dificultoso percurso de trem em direção à cidade grande, a personagem Ponciá Vicêncio nos relembra a viagem forçada nos navios negreiros. Há de se ressaltar, entretanto, o caráter de voluntariedade exercido por Ponciá, já que foi a própria quem decidiu por sua partida, o que evoca uma vez mais sua condição de sujeito fazedor de sua história.

Note-se como a personagem, a exemplo de tantos outros seus antepassados, viaja tendo consigo apenas a confiança como espólio: “A crença era o único bem que ela havia trazido para enfrentar uma viagem que durou três dias e três noites.” (Evaristo, 2003: 35). A trama aponta também para a questão da migração para a cidade grande, feita por várias gerações de ex-escravos logo após a extinção da escravatura, sem estarem preparadas para a complexidade estrutural de uma sociedade da qual sempre haviam sido excluídos. Deste modo a ficção ilustra a inadequação deste deslocamento geográfico onde os negros partiram, literalmente, de uma enorme desvantagem competitiva em relação aos brancos, já que não houvera desde a proclamação da abolição da escravatura nenhum tipo de planejamento por parte das elites para a inclusão destas pessoas como trabalhadoras em um sociedade de produção, fazendo com que muitos negros passassem diretamente da condição de ex-escravos a desempregados.

Há que se ressaltar ademais que a viagem de Ponciá poeticamente envolve a imagem de um trânsito temporal e sempre mutável, cujo símbolo é a estação de trem, lugar de chegadas e de partidas. Não à toa é dado destaque na narrativa ao fato de que Ponciá, assim como seu irmão e sua mãe, em um primeiro momento, encontrarem-se perdidos, solitários em sua chegada na estação. Mas é neste mesmo ambiente das plataformas de trens que se dá finalmente o reencontro de toda a família após tantas idas e vindas de cada um em busca dos outros. Toda esta circularidade explicita a correlação num macrocosmos explicada de maneira correlata pelo deslocamento histórico do

povo negro. O tempo, mais uma vez, é um dos elementos centrais destes acontecimentos.

Porém, a história de Ponciá ainda não se realizou. Recém chegada à cidade grande, sem qualquer referência ou ponto de apoio, a personagem conseguirá por sorte um emprego como empregada doméstica e um dos seus objetivos imediatos será o de economizar dinheiro o suficiente para comprar um barraco e trazer a família para viver com ela.

Será a cidade o local onde a personagem irá conhecer seu futuro marido. O relacionamento entre eles é de aridez, em uma relação cuja falta de frutos está simbolicamente marcada pelos sete abortos involuntários pelos quais passa Ponciá Vicêncio: os “médicos disseram que eles morriam por causa de uma complicação de sangue” (Evaristo, 2003: 52). Entendemos que estes abortos são também uma marca social de invisibilidade e silenciamento. E o consideramos como uma marca social porque a perda dos filhos que a personagem esperava poderia ser facilmente evitada se ela tivesse condições materiais para tal (a Eritroblastose fetal, doença causada pela incompatibilidade de Rh pode ser curada através de aplicação de vacina apropriada, facilmente encontrada mas de custo relativamente alto)¹⁵. Temos aqui mais uma vez, a ficção imitando a realidade, pois a falta de acesso a um sistema básico de saúde ainda é uma realidade para boa parte da população.

A vida entre eles, entre Ponciá e seu marido, será marcada pela não comunicação, já que ela se refugia em seu silêncio. Trata-se de um silêncio contraditoriamente eloquente que se materializa através da manifestação do narrador: é quase que completamente através dele que tomamos conhecimento da narrativa. Será por ele que tomaremos contato mais próximo com a relação

¹⁵ Esta informação foi retirada da homepage do médico cancerologista Drauzio Varella e se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://drauziovarella.com.br/mulher-2/gravidez/incompatibilidade-sanguinea/> (Online em 01.10.2014).

entre eles, uma relação pontuada pela agressão física que a mulher sofre e que ilustra o cotidiano de muitas mulheres cujas relações se estabeleceram sob o sistema patriarcal. Ademais, o silêncio parece se fazer presente para enfatizar a falta de comunicação e a precariedade do relacionamento entre os dois: o único meio de chegar ao outro é através da violência, não houve o aprendizado ou a realização de outros meios de comunicação, como bem o ilustra o trecho a seguir:

Às vezes, ela percebia nele um vislumbre de tristeza. Tinha vontade então de abrir o peito, de soltar a fala, mas o homem era tão bruto, tão calado. Nem quando ela o conheceu, nem quando ela e ele sorriam e se amavam ainda, Ponciá conseguiu abrir para ele algo além do que seu corpo-pernas. Às vezes, tentava, mas ele sempre calado, silencioso, morno.” (Evaristo, 2003: 43).

Entendemos que este não falar é um recurso da narrativa para enfatizar ainda mais as ausências e o silenciamento de que se compõe o romance, como vemos da afirmação de Barbosa, no prefácio da obra: “Ponciá é uma pessoa que, como o avô, foi acumulando partidas e vazios até culminar numa grande ausência.” (Barbosa, in Evaristo, 2003: 05). Estas ausências, silêncios, alheamentos e distanciamentos ocorrem repetidas vezes e sob diferentes aspectos, simbolizando uma muralha de invisibilidade.

A escolha de Ponciá pelo silêncio é a faceta mais evidente, mas também o pai de Ponciá opta por calar-se a fim de evitar a morte do próprio pai, o avô de Ponciá, ainda que, paradoxalmente, desejasse vê-lo morto, como forma desesperada de desvencilhar-se das lembranças traumáticas da escravidão:

Sabia que a vida dele estava por um triz, bastava um empurrão, seria só recordar o fato. Várias vezes tentou fazer isto. Um dia, no final da tarde, pegou o pai pelos ombros sacudiu, sacudiu, sacudiu. O homem ria e chorava desesperadamente. Entretanto a morte não vinha. O pai de Ponciá sabia, porém, como abreviar a vida do velho. Era só trazer a atenção dele. Para o fato. Iniciou as perguntas, desistiu, sabia que se fizesse o pai relembrar de tudo, se ferisse a memória dele, o morreria de vez. Morreria de todas as mortes, da mais profunda das mortes.

Relembrar o fato era como sorver a própria morte, era matar a si próprio também. (Evaristo, 2003: 19 - 20)

A passagem acima refere-se à elaboração de um trauma: Vô Vicêncio havia passado por uma situação de extrema perda e aflição ao ver seus filhos serem vendidos, mesmo sob vigência da Lei do Ventre Livre que lhes garantiria a liberdade, o que o leva a matar a esposa e tentar o suicídio em um ato de desesperação, na tentativa de interromper este ciclo de injustiças contra os seus, sua família e seu povo:

Numa noite, o desespero venceu. Vô Vicêncio matou a mulher e tentou acabar com a própria vida. Armado com a mesma foice que lançara contra a mulher, começou a se autflagelar decepando a mão. Acudido, é impedido de continuar o intento. Estava louco, chorando e rindo. Não morreu o Vô Vicêncio, a vida continuou com ele, independentemente do seu querer. (Evaristo, 2003: 50).

É importante ressaltar que Ponciá Vicêncio não nasceu no período da escravidão, senão que é fruto de uma geração já bem posterior, mas herda ainda assim os mesmos problemas, as mesmas faltas de possibilidade de mudança ou de alcance de um novo horizonte, e principalmente, as condições adequadas que lhe permitam sobreviver dignamente em um espaço urbano, o que explica seu cansaço, seu mutismo e sua aparente resignação. A obra apresenta momentos em que a personagem afunda em um absoluta falta de perspectivas que se revela também no ambiente do mundo exterior:

Toda noite ela contemplava o desleixo da casa, a falta de asseio que a incomodava tanto, mas faltava-lhe coragem para mudar aquela ambiência [...] Ponciá havia tecido uma rede de sonhos e agora via um por um dos fios dessa rede destecer e tudo se tornar um grande buraco, um grande vazio. [...] Ela mesma havia chegado à cidade com o coração crente em sucessos e eis no que deu. Um barraco no morro. Um ir e vir para a casa das patroas. Umas sobras de roupas e de alimento para compensar um salário que não bastava [...]” (Evaristo, 2003: 22-23, 82).

A postura letárgica da personagem, já apresentando um estado de saúde

em extremo declínio mostra que ela foi internamente atingida de modo a que mesmo os elementos que lhe são mais caros, como a própria moradia que ela conquistou com tanto esforço, passam a sofrer sob o seu alheamento. Trata-se mais uma vez de uma crise com reflexos mais amplos: “[...] esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (Hall, 2006: 09).

Para ilustrar a dimensão do desequilíbrio interno pelo qual passa Ponciá, destacamos o ensaio de bell hooks¹⁶, intitulado “Homeplace, a site of resistance”. Nele, a autora descreve e teoriza o valor do lar na vida de famílias negras que vivem em um mundo de supremacia branca. As afirmações de hooks se baseiam tanto em estudos de psicologia, filosofia e história quanto nas suas próprias narrativas pessoais e memórias. hooks relembra a sensação de medo ao ter que atravessar a cidade sob olhares de ódio da vizinhança branca, em contraste com a sensação de segurança ao chegar na casa de sua avó, lar onde a autora recebeu suas primeiras lições de dignidade e integridade. A casa, o lar é assim um dos lugares de maior importância na tradição histórica do povo negro:

In der Geschichte der Afrikanisch-Amerikanerinnen und – Amerikaner hatte die Schaffung eines Zuhauses, wie dürftig und brüchig es auch war (ob Sklavenhütte oder Holzbaracke), schon immer eine radikale politische Dimension- In der schonungslose Realität von Apartheid und Unterdrückung war das Zuhause der einzige Ort, an dem man sich ungehindert der Aufgabe der Humanisierung widmen, an dem man standhalten konnte. (hooks, 1996: 68 – 69)¹⁷

¹⁶ bell hooks, cujo nome de batismo é Gloria Jean Wakins, é uma ativista social e feminista. O pseudônimo que ela escolheu para assinar suas obras foi criado em homenagem a sua bisavó e é grafado em letras minúsculas: segundo a autora, a forma não convencional do nome é intencional, a fim de que a substância de suas obras seja mais importante do que quem ela é .

¹⁷ Na história das pessoas afro-americanas, a construção de um lar, ainda que frágil e pobre (como as senzalas de escravos, os barracos de madeira) possuía uma dimensão política radical. A despeito da realidade brutal do apartheid e da dominação, o lar era o único lugar onde alguém podia se dedicar à questão da humanização, onde se podia resistir. (A tradução é de minha autoria e responsabilidade).

Podemos concluir que a desestruturação de Ponciá atingiu níveis extremos, a tal ponto de levá-la a negligenciar um dos objetos e símbolos mais preciosos, nomeadamente sua própria casa, seu próprio lar, um elemento que na tradição do povo negro sempre foi de máximo significado por ser lugar livre de dominação e opressão, um lugar de segurança, resistência, conforto e liberdade, contrastando com o espaço “de fora”, de ameaças e insegurança.

Estas são lembranças que se manifestarão na vida de Ponciá a partir da sua vivência na cidade grande e que devem o seu assomar-se a toda a situação de exclusão social e alijamento pela qual passa a personagem. Em sua trajetória depois da partida de seu vilarejo natal, a personagem passa seu primeiro dia ao ermo, dormindo na rua como uma sem teto; trabalha depois como empregada doméstica; conhece o companheiro com o qual se casará, engravida por sete vezes e nas sete vezes sofre abortos involuntários. Então, a duas penas, ela volta ao seu povoado mas não encontra a mãe que lá deixara e nem tampouco o irmão. Mais uma vez, ela repete o êxodo em direção à cidade grande, ocasião em que sua situação de desequilíbrio se mostrará de forma mais patente através dos seus constantes alheamentos mentais. Por fim, quase por acaso em uma história recheada de tantas perdas, se dá o reencontro entre todos os membros da família, ocasião em que Ponciá retorna à terra natal finalmente acompanhada dos seus.

A obra de Conceição Evaristo tem ainda outros personagens, como o soldado Nestor ou Bilisa, grande amor da vida de Luandi. Em comum, têm todos eles a cor da pele negra e uma vida cheia de agruras e perdas.

É possível apontar neste sentido a construção de um romance que aborda a memória coletiva de um povo cujo passado continua a reverberar em sua

existência presente em razão de uma injustiça histórica. E o romance denuncia a forma concreta com que o preconceito atua, como vemos na passagem onde o delegado – branco – se dirige a Luandi e ao soldado Nestor: “[...] E que Luandi não levasse a mal o que ele ia dizer, mas quase todo negro era vagabundo, baderneiro, ladrão e com propensão ao crime. Poucos, muito poucos, eram como o Soldado Nestor e ele. [...]” (Evaristo, 2003: 121)

O que vimos até aqui aponta para uma situação de extrema miséria, seja ela de ordem material ou comunicacional. Há que se destacar ainda que, simbólica e também metaforicamente, o texto cria figuras de expressão que se referem à circularidade e à repetição. Como exemplos expressivos, podemos apontar a imagem do arco-íris que aparece tanto no início quanto no final da obra; ou a estação de trens, espaço de encontros e despedidas, lugar onde sempre há viajantes a partir ou chegar como ilustram as viagens de ida e volta em percursos que mãe, irmã e irmão percorreram isoladamente; o passado e presente que se atrelam na relação entre avô e neta, esta última dando continuidade temporal à existência do avô, como podemos depreender não apenas da semelhança física entre eles, que se representa no modo de andar de ambos, com os braços atrás das costas e a mão fechada como um cotó,¹⁸ mas também através da herança que Ponciá recebe.

Por outro lado, o romance de Evaristo expressa reiteradamente outro modo de articulação por onde a personagem se exprime e que lhe confere um extremo poder de agente, afastando a possibilidade simplista de considerá-la um sujeito passivo: Ponciá Vicêncio é uma artista, cria obras que enfatizam a sua condição única, não apenas de indivíduo no mundo mas também de sujeito criador. Esta unicidade, esta qualidade de única no mundo é apregoada na obra através do reconhecimento que lhe faz sua mãe, que nota que a menina já desde “pequena, entendia o barro e ia ao rio buscar a massa. Sabia qual era a melhor, qual a mais macia, a mais obediente. Reconhecia aquela que aceitava de bom

¹⁸ Bras. Adj.: Que tem um braço ou perna mutilada.

grado o comando das mãos, traduzindo em formas os desejos de quem cria.” (Evaristo, 2003: 77). Os objetos de sua criação, os trabalhos de barro estavam presentes em cada povoado por onde andava a mãe de Ponciá em sua peregrinação em busca dos filhos e adquirem uma carga comunicacional, um estatuto de elo, já que a mulher sempre reconhece aqueles que são os objetos criados pela filha, como se estes tivessem assinatura própria, sendo assim marca de identidade.

Ponciá tem a mãe como referencial e entende que ser mulher é algo positivo. O romance, aliás, prima por mostrar mulheres fortes, ainda que estas também sejam vítimas: Ponciá é forte por ter a coragem de fazer-se sujeito de sua história, ainda que seja também vítima de uma injustiça histórica; Maria Vicêncio sua mãe, é forte por assumir as rédeas de sua própria vida, como se depreende através do enunciado “se tivesse de se abraçar com os seus próprios braços, ela mesma criaria o seu próprio anelo, e se auto-abraçaria” (Evaristo, 2003: 76); Nêgua Kainda, a mulher sábia do povoado, é forte pelo seu papel de liderança e de sabedoria, e Bilisa, por fim, é forte por ter a coragem de afirmar sua existência e usar o seu corpo não apenas para a prostituição, mas para afirmar-se como mulher livre, sendo que só o seu assassinato põe fim à sua determinação: a morte violenta de Bilisa, assassinada pelo cafetão Negro Climério por este não concordar em perder sua fonte de renda – o corpo de Bilisa, que pretendia se casar com Luandi e deixar a vida de prostituição - denuncia a representação da mulher enquanto elemento coisificado.

Sobre a mãe, assim se expressa Ponciá: “O pai era forte, o irmão, quase um homem, a mãe mandava e eles obedeciam. Era tão bom ser mulher!” (Evaristo, 2003: 24). Esta percepção mudará radicalmente quando a personagem se mudar para a cidade. Lá, em um ambiente onde as relações de gênero são calcadas em uma relação patriarcal, ela, exposta a situações de agressão e violência desejará concretizar aquilo de que tinha tanto medo na sua infância: passar por debaixo do arco-íris e virar homem, a fim de criar condições de

igualdade com seu companheiro e enfrentar as agressões de que era vítima. Esta igualdade não virá, nem outras mudanças tão esperadas.

Uma delas diz respeito às expectativas em relação a uma vida melhor. Perante tantas vicissitudes a que sempre esteve exposta, Maria Vicêncio, a mãe de Ponciá, tem esperanças de que a menina, aprendendo a ler, possa ter uma vida distinta, alcançar um novo patamar social. A menina a princípio aprende com missionários de uma igreja, primeiro as letras, depois as sílabas, e finalmente, quando estava por aprender a formar palavras, os padres se mudam para outra aldeia. Ponciá, dando provas de seu esforço, continua como autodidata e, sozinha, aprende a ler.

Este aprendizado de leitura e escrita também terá papel importante na vida do irmão de Ponciá, de nome Luandi. Foi-lhe assegurado que se ele estudasse o bastante poderia ser soldado e até muito mais. Luandi, entretanto, tem como ambição possuir a “voz alta e forte como a dos brancos”. (Evaristo, 2003: 71). Mas, é advertido por Nêngua Kainda, a velha sábia de seu povoado de que a sua voz de mando de nada adiantaria se não fosse a voz do companheirismo, “o eco encomprido de outras vozes-irmãs sofridas” (Evaristo, 2003: 96). Nota-se aqui que o sujeito negro é retratado de forma positiva, que possui uma voz que precisa ser ouvida e que a melhor forma de que isso se dê é através do companheirismo e da união. Luandi terá então o importante papel de enunciar sua tomada de consciência, após refletir sobre o lugar social que ocupa:

Assim como antes acreditava que ser soldado era a única e melhor maneira de ser, tinha agora feito uma nova descoberta. Compreendera que sua vida, um grão de areia lá no fundo do rio, só tomaria corpo, só engrandeceria, se se tornasse matéria argamassa de outras vidas. Descobria também que não bastava saber ler e assinar nome. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso ajudar a construir a história dos seus. E que era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás. E perceber que, por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia. A vida era um tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-depois-ainda.

A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser. (Evaristo, 2003: 131)

A aquisição da leitura e da escrita como esperança de avanço em relação a uma tradição de comunicação oral, de saberes outros tão fundamentais para quem vive na roça e necessita saber o tempo do plantio e da colheita, dos remédios e a crença de que todos na cidade são iguais, e de que o tempo da escravidão já havia ficado para trás será uma ilusão que permeará os caminhos da personagem. O resultado, tal como na vida real, será quase sempre a troca da miséria de um ambiente por outro, já que a partir do ato da leitura, como adverte o narrador, é preciso alcançar outra sabedoria, decifrar outros signos e sentidos. Mas as esperanças de alteração na qualidade de vida logo se transformam em desapontamento, como ilustra o trecho a seguir:

Crescera na pobreza. Os pais, os avós, os bisavôs sempre trabalhando nas terras dos senhores. A cana, o café, toda a lavoura, o gado, as terras, tudo tinha dono, os brancos. Os negros eram donos da miséria, da fome, do sofrimento, da revolta suicida. Alguns saíram da roça, fugiam para a cidade, com a vida a se fartar de miséria, e com o coração a sobrar esperança. Ela mesma havia chegado à cidade com o coração crente em sucessos e eis no que deu. Um barraco no morro. Um ir e vir para a casa das patroas. Umas sobras de roupa e de alimento para compensar um salário que não bastava. (Evaristo, 2003: 82).

A conclusão a que chega a personagem é de que a vida escrava continua, repleta de impossibilidades. Neste sentido, o romance aponta claramente e mais uma vez para a situação vivida por milhares e milhares de negros, sem chance de integrar-se socialmente. Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro já havia chamado a atenção para este fato em sua obra “A integração do negro na sociedade de classe”:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem

que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. (Fernandes *apud* MARINGONI, 2011).

Assim, na vida de Luandi o aprendizado da leitura deve ser entendido também como evolução e prática social, com o seu letramento ajudando na reflexividade crítica do mundo em que vive, dando-lhe consciência dos caminhos a seguir. A lição que fica é a de que é preciso aprender também a ler a realidade. Ao leitor, é oferecida a possibilidade de aproximar-se das condições históricas de vivência do povo negro e também de refletir acerca destas condições para mais além do campo da narrativa. A forma como a leitura e a escrita podem atuar como ferramenta para a tomada de consciência política e servir de instrumento de inserção nos é mostrada em um depoimento de Conceição Evaristo:

Se a leitura desde a adolescência foi para mim um meio, uma maneira de suportar o mundo, pois me proporcionava um duplo movimento de fuga e inserção no espaço em que eu vivia, a escrita também desde aquela época, abarcava estas duas possibilidades. Fugir para sonhar e inserir-se para modificar. Essa inserção para mim pedia a escrita. E se inconscientemente desde pequena, nas redações escolares eu inventava outro mundo, pois dentro dos meus limites de compreensão, eu já havia entendido a precariedade da vida que nos era oferecida, aos poucos fui ganhando uma consciência. Consciência que compromete a minha escrita como um lugar de auto-afirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra. (Evaristo, 2005).

Não há nenhuma alusão clara ao tempo em que se passa a narrativa de *Ponciá Vicêncio*; sabemos apenas que é uma época situada após a abolição da escravidão. Em relação ao ambiente, a primeira grande divisão espacial se refere à cidade *versus* campo. É de se ressaltar que na trajetória de Ponciá e de seu irmão, além dos outros personagens a eles ligados, esta divisão espacial funciona como denúncia, demarcando uma ordem social compacta cujas fronteiras não mudam mesmo percorrida a distância: é que raramente é permitida a ascensão a pessoas oriundas do meio de onde surgiu Ponciá.

O espaço funciona ainda em íntima relação com a memória em sua simbiose com a identidade. Trata-se de um espaço não só físico, mas também mnemônico onde os pensamentos de Ponciá Vicêncio se voltam para diferentes categorias de lembrança, criando muitas vezes um ambiente de refúgio e segurança, contrário àqueles que, também graças à memória, insistem em lembrá-la da condição – sua e de seu povo – de escrava e que a impulsiona a não “querer ficar ali repetindo a história dos seus”. (Evaristo, 2003: 38). Isto ocorre porque a personagem em seu percurso vive e aborda a questão do preconceito por três distintas vias: aquelas que se referem a questão do feminino e da etnia a que se unem a questão da classe social. As lembranças da personagem constituem deste modo uma relação entre presente e memória, perpassada por uma insatisfação com o passado e com o presente, e todos estes aspectos somados representam os seus confrontos interiores, sua incompletude e a conseqüente sensação de fragmentação: o tempo pretérito, o tempo das lembranças é ao mesmo tempo tormento e refúgio que a ajudam a sobreviver no agora.

Assim, não causa espanto que Ponciá tantas vezes se refugie no espaço do seu recordar, o que se traduz no texto a partir de um campo lexical que contém expressões como “lembrar”, “pensamentos lembrança”, “rememorar”, “recordar”, “guardar a imagem”, etc. Não há grandes demonstrações ou elaborações discursivas; a escolha da linguagem, neste caso, o silêncio que se reitera durante toda a narrativa, sublinha a inquietação do texto. Temos pois mais uma vez o silêncio servindo de referência à falta de comunicação. Trata-se de uma linguagem que se caracteriza por assumir um caráter fragmentado, que se expressa textualmente simbolizando o confronto que tem lugar na alma de Ponciá Vicêncio. São modos de constituição da memória: lembrar é uma operação eminentemente individual e solitária; para que se torne social, é necessário que a memória seja compartilhada, tornando-se assim, coletiva. De fato, a trajetória de Ponciá, agora fixada literariamente é um agente concreto que participa na

consolidação da memória coletiva de seu povo.

É importante ressaltar também que este não uso proposital da linguagem relembra um processo histórico ocorrido quando pessoas de diferentes regiões africanas foram sequestradas para vir trabalhar à força em terras brasileiras: é necessário recordar que muitos não possuíam a mesma língua, a mesma cultura e os mesmos costumes por serem oriundos de regiões e países diversificados da grande África. Escravizadas e obrigadas a aprender e a usar a língua do seu sequestrador, esta funciona mais como elemento de desagregação do que comunicação, dando origem a um processo de silenciamento e afastamento das próprias origens.

O espaço tem ademais outras funções: em nosso entendimento, ele funciona como forma de comprometimento da narrativa com a etnia negra pois parte da trama se desvela no ambiente da roça, no ambiente rural. Este é um ambiente onde se manifesta naturalmente todo um saber mítico, que tem sua expressão maior na figura arquetípica de Nêngua Kainda, mulher e líder reverenciada pelos seus, que combina em si elementos de feiticeira e de uma sabedoria milenar, já que é detentora de experimentações e segredos da natureza, “aquela que tudo sabia, mesmo se não lhe dissessem nada”. (Evaristo, 2003: 128). É, do mesmo modo, um ambiente que se relaciona com as crenças, tradições, saberes místicos e costumes de um povo, como ilustra o trecho onde se afirma que “o importante na roça era conhecer as fases da lua, o tempo de plantio e de colheita, o tempo das águas e das secas. A garrafada para o mau da pele, do estômago, do intestino e para as excelências das mulheres” (Evaristo, 2003: 25), revelando uma relação íntima e carregada de afetividade com a natureza e seus ciclos. É igualmente o ambiente da solidariedade e da partilha, tão distinto do universo urbano onde o anonimato predomina, como ilustra o trecho abaixo:

na terra dos negros, o alimento não era vendido. Quem que tivesse

fome era só chegar à casa de alguém e pedir o que comer. [...] Havia um enorme prazer em oferecer, em dividir o alimento com o outro. Dormia-se também em qualquer casa, o abrigo era uma dádiva para todos, contanto que o acolhido não se importasse com a pobreza de seu acolhedor. (Evaristo, 2003: 95).

E podemos falar ainda de um espaço psicológico que acentua a relação dos povos africanos com seus ancestrais, como se depreende do fato de que a personagem Ponciá espera por seu pai ainda muito tempo depois da morte deste, revelando uma relação que não se desfaz após a morte. Tanto este como também o avô Vicêncio continuam a povoar o romance e a memória de Ponciá em uma relação ambivalente que envolve tristeza e alegria.

É ainda neste ambiente que a música característica da cultura negra ganha destaque: trata-se de “uma canção que os negros mais velhos ensinavam aos mais novos. Eles diziam ser uma cantiga de voltar que os homens, lá na África, entoavam sempre quando estavam regressando da pesca, da caça ou de algum lugar. (Evaristo, 2003: 89). Intui-se, então, e o texto o confirma, que também é um ambiente de perda, já que o canto possui palavras que só os mais velhos entendiam, denunciando que a transmissão oral da cultura, os mitos, os contos, os provérbios e as tradições do povo vão se esfacelando, ressaltando portanto a importância da manutenção da tradição oral e as ameaças que ela sofre ante a modernidade. É, neste sentido, um ambiente de sentimentos antagônicos e de contradição, de atração e de repulsa entre o chamado novo e o velho.

Narrado em sua maior parte pela terceira pessoa, o livro apresenta um narrador onisciente, isto é, um narrador que tem livre acesso ao interior das personagens (Cf. Weber, 1998: 99), que conhece os sentimentos das mesmas, sejam seus medos e angústias ou suas expectativas e desejos. Mas há também passagens onde aparece o discurso direto e o leitor toma contato, sem intermediários, com o universo pessoal da personagem. Vejamos o exemplo a seguir:

Se eram livres, porque continuavam ali? Por que, então, tantos e tantas negras na senzala? Por que todos não arribavam à procura de outros lugares e trabalhos? Um dia perguntou isto ao pai, com jeito, muito jeito... (Evaristo, 2003: 14).

O narrador retoma constantemente o tema da herança que Ponciá receberá do seu avô. Há mais de uma vertente para compreender que herança será esta: ela é, por um lado, a herança de uma situação; é por outro lado a herança da loucura, é ademais a herança da ruptura e é também uma herança relacionada à construção da própria identidade, com todos estes aspectos intrinsecamente relacionados.

Por herança de uma situação podemos entender a vivência que Ponciá herdou de seu avô Vicêncio, já que este viveu o antes e o depois da proclamação da abolição da escravatura, mas tal qual sua neta não vivenciou em nenhum momento a liberdade: ele e seus descendentes permaneceram aprisionados a um sistema de despojamento de liberdade e de dignidade no decorrer de suas vidas; continuaram reféns do desnível social e da falta de uma política que os integrasse na sociedade.

A herança da loucura é a face mais visível no romance, e com ela tomamos contato quando Ponciá vai gradualmente se afastando da realidade. Sobre esta questão, veja-se que a loucura tem como uma de suas acepções o inconformismo, a recusa a submeter-se às regras e ao padrão exigido, configurando então um “estar em conflito” consigo mesmo ou com algo ou situação externa. Em Ponciá, herdar a loucura pode ser entendido então como uma absoluta falta de ajuste, insatisfação e insustentabilidade com a realidade de injustiça social em que vive.

Por último, temos o legado da ruptura: se o avô Vicêncio, ele também louco, em seu primeiro acesso de loucura tenta romper com a vida, teremos uma Ponciá que tentará romper com a herança da situação de injustiça em que vive,

tomando para si a herança da ruptura que se nos apresenta em forma de sua partida para a cidade grande.

Todas estas heranças configuram um símbolo de fragmentação mas também de confluência que caracterizam a formação identitária de Ponciá tendo em vista que, em concordância com Hall, a identidade não é algo acabado, plenamente unificada e pronta (V. Hall, 2006: 13), mas um processo em constante construção. São também heranças-símbolo que representam a trajetória de outros homens e mulheres no percurso da diáspora negra.

4. A TRAJETÓRIA DE BLIMUNDA E PONCIÁ

*Es que yo soy esa que soy, la misma nomás
Mujer que va buscándose en la eternidad
(...) Soy pa durar como el maíz, simple y cereal
Soy pa durar porque yo se pasar y pisar*

Ao longo de nossa breve análise das duas obras literárias *Memorial do Convento* e *Ponciá Vicêncio*, nos debruçamos sobretudo, mas não exclusivamente, sobre duas personagens femininas que apesar de todas as adversidades se assumem como sujeito de sua história. Procuramos destacar os aspectos positivos que estas figuras apresentam. Percebemos que há diferenças essenciais em suas trajetórias, bem como no contexto histórico e social onde as narrativas se situam. Ambos os textos fogem dos estereótipos convencionais onde as mulheres estão restritas à domesticidade e passividade; ambos privilegiam vozes periféricas, que não fazem parte da tradição canônica, na medida em que seus personagens principais são anti-heróis, tipos frequentemente deixados à margem e que não costumam aparecer na hierarquia, como já o havia mencionado Reis:

Com efeito, a literatura tem sido usada para recalcar os escritos (ou as manifestações culturais não-escritas) dos segmentos culturalmente marginalizados e politicamente reprimidos – mulheres, etnias não-brancas, as ditas minorias sexuais, culturas do chamado Terceiro Mundo.

Não resta dúvida de que existe um processo de escolha e exclusão operando na canonização de escritores e obras. O cânon está a serviço dos mais poderosos, estabelecendo hierarquias rígidas no todo social e funcionando como uma ferramenta de dominação. (Reis, 1992).

Nos dois romances, descobrimos também afinidades como o destaque do protagonismo dado àqueles que, em sua maioria, vivem na marginalidade. Entre outros, vimos a importância do ambiente em que ambas as narrativas decorrem. São ambientes que evidenciam contrastes, tanto na trajetória de Blimunda quanto na de Ponciá, o que se expressa especialmente através da temática do poder de

visão da primeira e em uma certa fragmentação do sujeito nesta última. No caso de Blimunda, trata-se de um ambiente físico que, apesar de todas as suas riquezas materiais e injustiças sociais, permite ainda a construção de um sonho, materializado pela máquina de voar. No caso de Ponciá, valem as mesmas palavras: trata-se de uma terra que está associada à exploração colonial e à segregação, mas é em sentido verdadeiro a terra de onde ela retira o barro para também dar vida aos seus sonhos.

Ambas possuem ainda em comum o fato de serem demiurgos, criadoras de um mundo material, qual sejam, a passarola e os bonecos de barro; tal como Blimunda, Ponciá também tem olhos que veem mais além: “enxergava de olhos abertos e fechados. Desde pequena, assistia a coisas que muita gente não percebia.” (Evaristo, 2003: 41). São, as duas, duas visionárias, como lembra Chauí, pois sonham sonhos considerados impossíveis. (V. Chauí, 1988: 32). Ponciá e Blimunda são mulheres sujeito, carregando consigo formas diferentes de herança: tanto a herança maldita da escravidão que se perpetua, como a herança de costumes, tradições e criações que tecem fios e constroem sua história; tanto a herança maldita de um dom que pode quase levar à morte, como o que exauriu Blimunda como a herança dos olhos profundos que possibilitam ver mais além das aparências. Assim, vemos o belo e o dolorosos afloram irremediavelmente e que bençãos e maldições são comungadas pelas duas personagens principais nos diferentes caminhos que as duas traçaram em suas buscas e peregrinações.

A história de Blimunda, personagem feminino de caráter forte, mulher produtiva e independente, lança luz sobre a paridade de gêneros. A história de Ponciá aponta para a importância de que os povos de ascendência negra possam, enfim, escrever sua própria história. Isto não apagará o passado colonial nem suas consequências, mas colabora na desconstrução do monolitismo cultural. São, em suma, duas mulheres de trajetórias distintas que compartilham o fato de anteciparem posturas da mulher contemporânea.

Continuando a estabelecer paralelos entre as tramas, encontramos o tema da viagem, do percurso a ser feito: Blimunda vai juntamente com Baltasar de Lisboa a Mafra, e junto a este e ao padre Bartolomeu de Gusmão, fará também sua viagem celeste através da passarola, cuja construção só foi possível por seu empenho na realização de um sonho. Também por causa da passarola, Baltasar se separa inadvertidamente de Blimunda e dos seus. Durante nove anos Blimunda procurou por seu companheiro, resistindo a toda sorte de intempéries e sendo mesmo vítima de uma tentativa de estupro, percorrendo milhares de léguas em Portugal, cruzando até mesmo a fronteira da Espanha, Na sétima vez em que chega a Portugal, encontra-o por fim, sendo supliciado num auto-de-fé.

O percurso de Ponciá também envolve uma mudança geográfica, passando do seu povoado natal para a cidade grande em busca de uma vida melhor. Este percurso pessoal expressa a mesma trajetória de resistência do povo negro, e significa deste modo, um percurso da resistência e da coletividade negra. Mas será o seu árduo percurso interno aquele que mais chamará a atenção, por ser permeado de perdas como aquelas que envolvem seu pai, seu avô e os sete filhos. A busca de Ponciá, para a qual a personagem percorreu tremendos caminhos é uma busca que se relaciona à própria identidade, e assim confirma-se a colocação de Hall, para quem as identidades se constroem em lugares históricos e institucionais específicos, dentro de formações e práticas discursivas específicas e por meio de estratégias e iniciativas específicas, isto é, em uma forma dinâmica. (V. Hall, 2000: 108).

Talvez a maior lição que as personagens nos apresentam seja a de pleitear para si o direito de sonhar e de engajar-se na realização deste sonho, transcendendo fronteiras e mostrando a possibilidade de miradas mais profundas.

No tocante à organização dos espaços, as dessemelhanças e oposições também são uma característica que os dois textos compartilham: opulência *versus* escassez; pobreza *versus* riqueza; cidade *versus* campo; vivência

compartilhada em uma comunidade ou família *versus* vivência em isolamento. Do mesmo modo, se destaca em ambos os textos a ligação profunda das personagens com o ambiente em que vivem e o fato de que as diferentes barreiras e empecilhos não as impeça de saírem em busca daquilo que pretendem, mesmo quando, como vimos, os resultados atingidos não sejam nem aqueles sonhados nem os melhores possíveis.

Por outro lado, um contraste existe no modo como se configuram as relações intergrupais: se a relação entre o padre Bartolomeu de Gusmão, Blimunda e Baltasar revela a capacidade de estabelecer relações com os outros e mostra a cooperação e convivência possível entre pessoas oriundas de diferentes gêneros, crenças, culturas e setores sociais, consolidando um exemplo de relação intercultural bem sucedida, a narrativa de Ponciá Vicêncio apontará para um onde não é possível fazer a mesma assertiva. Vemos que a personagem, ao chegar na cidade grande, permanecerá confinada no espaço da periferia. Ela também será vítima da agressão física por parte do marido, incapaz de entender a esposa e incapaz de comunicar-se com ela, revelando, além da violência ainda muito comumente presente – não só nos meio sociais menos abastados – nas relações de gênero, a questão da ignorância e da falta de recursos. Bilisa, personagem secundária do romance também é um símbolo desta denúncia, já que a mesma foi não apenas sexualmente explorada pelo filho da sua patroa, com a conivência desta e de seu marido, como também teve suas economias roubadas pelo rapaz. Estes são exemplos dos chamados “cortes” de classe, de raça, de gênero de que falava Paulo Freire, gerando “ideologias, de um lado, discriminatórias, de outro, de resistência.” (V. Freire, 2001: 18).

Assim sendo, o texto não se detém em uma simples abordagem da dicotomia masculino *versus* feminino, já que não se trata de construir a categoria teórica de mulher-vítima, mas exhibe também o preconceito devido à questão da etnia e das condições sociais: assim vemos as dificuldade que atravessa Luandi, mesmo em sua condição de homem e que se estende à outros na mesma

situação: “às vezes, ficava matutando para quem a vida se tornava mais difícil. Para a mulher ou para o homem [...] E acabava achando que, pelo menos para os homens que ela conheceu, a vida era tão difícil quanto para a mulher” (Evaristo, 2003: 54).

Blimunda e Ponciá são personagens-guias não apenas devido ao atributo da visão física que apreende o mundo, mas por, parafraseando Saramago, poderem mais que olhar, ver, e mais que ver, conhecer, e mais que conhecer, assumirem a direção. Assim, na trama da ficção, ganham liberdade e autonomia: são exemplos da “terceira-mulher¹⁹” como expressado por Lipovetsky, cuja caracterização se dá precisamente devido à “autonomização em relação à influência tradicional exercida pelos homens sobre as definições e significações imaginário-sociais da mulher” (Lipovetsky, 1997: 232). Neste sentido, é possível falar de uma ação formadora do texto, na medida em que este oferece também uma imagem de afirmação, apresentando uma percepção positiva aos seu universo de leitores, que ajuda a questionar a naturalização dos papéis sociais.

Quando comparamos as duas narrativas, observamos também que elas resultam por contribuir na desmitificação das histórias nacionais dos países onde as tramas ocorrem, revelando as consequências nefastas do período colonial que continuam a manter os princípios de naturalização das desigualdades sociais, deixando claro que a História não se desenrolou de um modo ordenado e progressivo. E uma compreensão crítica da História ajuda a compreender os mecanismos de discriminação que viemos discutindo no decorrer deste trabalho.

As tramas ficcionais que o *Memorial do Convento* e *Ponciá Vicêncio*

¹⁹ Gilles Lipovetsky (1997) apresenta três concepções a respeito do feminino, que se relacionam com os diferentes modelos e papéis que a esta foram atribuídos nas diversas fases da história, e aos quais já nos reportamos anteriormente no decorrer deste trabalho. Esquemáticamente, Lipovetsky nomeia como “primeira mulher” aquela que é associada a Eva, demonizada e desprezada; a “segunda mulher” é aquela que é associada ao signo da perfeição, idealizada e objetificada. A “terceira mulher”, de acordo com o autor, representaria a mulher sujeito de si.

apresentam e resgatam modos de vida que se apresentam sob a ótica do reconhecimento e da possibilidade de igualdade sem cair na armadilha de encapsular seus personagens principais em dicotomias simplistas: eles são seres com complexidade psicológica e suas representações são não lineares. Da análise dos textos ficou patente a capacidade de protagonismo e construção de alternativas na elaboração de um discurso de positividade.

O painel feminino de que estas duas mulheres são parte integrante se afasta definitivamente das imagens femininas estereotipadas tão facilmente encontráveis na literatura canônica. Temos em ambas as obras um novo papel da mulher, uma mulher sujeita de si e que assume o protagonismo, ainda que a duras penas, como bem exemplificam a atitude de Blimunda ao desafiar o Tribunal do Santo Ofício e a atitude de Ponciá ao ter coragem de romper os elos geográficos que a separavam da cidade grande em busca de uma vida melhor. O modo como estas figuras femininas foram construídas nos convida a fazer associações com as trajetórias de outras minorias que lutam por romper as fronteiras dos papéis socialmente legitimados que o sistema de exclusão impõe.

Pese a todo o recorrido até aqui, a realidade é que no imaginário social as mulheres seguem sendo percebidas não apenas de forma diferente mas sobretudo de forma sistematicamente inferiorizada: da representação literária da Eva lasciva chegamos à representação midiática da mulher como objeto, ocupando o mesmo lugar que o produto a ser vendido; da representação literária da mulher puritana chegamos à representação midiática da mãe e esposa ideais²⁰. Daí advém comumente o discurso utilizado para representá-las e as percepções que se constroem em nosso meio social. E, como afirma Chartier, os discursos acerca destas percepções não são neutros: “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a

²⁰ A propósito, uma pequena reportagem com um vídeo bastante instrutivo sobre o assunto pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/07/trocando-de-lugar/> (Online em: 01.10.2014).

justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. (Chartier, 2002: 17).

Paralelamente, o fato de assistirmos à emergência de um processo tecnológico revolucionário ligado à internet e à expansão dos meios de comunicação associado às questões de mobilidade humana, nos coloca cada vez mais próximos de contextos culturalmente heterogêneos e francamente hostis aos preceitos básicos que deveriam reger a ética humana com relação ao tratamento reservado às mulheres: basta lembrar que no recente ano de 2012 uma jovem foi baleada no Paquistão por defender o direito de acesso à educação para meninas, o que a levou a ganhar o prêmio Nobel no ano de 2014 e serviu para lançar mais luz e debates sobre a importância da igualdade de gêneros. Nos tempos atuais, não cabe mais dizer que acontecimentos como este fazem parte de um cotidiano distante típico dos países orientais, já que, como lembra Hall, "na era das comunicações globais, o Ocidente está situado apenas à distância de uma passagem aérea" (Hall, 2006: 81), de modo que o fim das antigas fronteiras geográficas que nos separavam nos expõe cada vez mais a este tipo de experiência. Ainda assim, seria imensa ingenuidade circunscrever o problema à realidade da ativista Malala Yousafzai – a ganhadora do Prêmio Nobel de 2014 – ao âmbito do seu país, o Paquistão e ao poderio do Taliban, já que ainda é comum em alguns países ocidentais que muitas famílias priorizem a educação de meninos em detrimento de meninas. Além disso, pese a que o nível de escolaridade feminino em países como Brasil ou Portugal seja mais alto em comparação à escolaridade masculina, seguem existindo as discrepâncias em relação aos salários e à ocupação de cargos de direção. Isto quer dizer, em resumo, que as desigualdades causadas pela distribuição assimétrica de poder em termos de gênero e identidade sexual, grupo religioso, social, etnias ou outros continuam se manifestando.

Do mesmo modo, seguem as discriminações de cunho racista, confundindo o biológico com o racial; segue ainda sendo considerado normal o tratamento

sistematicamente diferenciado que se alimenta da vulnerabilidade causado pela pobreza e pela exclusão a que a comunidade afrodescendente está exposta devido às consequências históricas da colonização. Trata-se algo já considerado natural, e eis aí a naturalização da violência: é aquilo mesmo que é natural, que já não provoca admiração.

5. A AULA DE PORTUGUÊS, A LITERATURA E A COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL

E, tendo em vista todo o exposto, podemos finalmente apresentar as inferências no que respeita ao papel da literatura na desconstrução de certas representações. Ao tratar da comunicação intercultural, Lothar Bredella aponta o papel substancial que a literatura pode ocupar do ponto de vista didático: um texto literário constrói a possibilidade de comunicação e troca de ideias, fomenta capacidades sociais, emocionais e cognitivas e sobretudo, conduz o leitor à experiência de tomar parte, diretamente, em uma cultura ou aspecto distante daquele ao que é confrontado em seu quotidiano, servindo de estímulo para um pensamento reflexivo:

Da literarische Texte in erster Linie Handlungen darstellen, bedürfen ihre Leser keines speziellen Sachwissens, um sie zu verstehen, sondern können sich auf ihr allgemeines Vorwissen über Handlungen und Wertvorstellungen wie Gut und Böse, Gerechtigkeit und Ungerechtigkeit, Schönheit und Hässlichkeit verlassen. (...) Das besagt jedoch nicht, dass sie deren Vorverständnis immer bestätigen. Im Gegenteil, sie suchen es zu verändern, und darin liegt ihre Bedeutung für das Fremdverstehen. (...) Indem Leser an den Gedanken und Gefühlen der Charaktere Anteil nehmen und die Welt mit deren Augen sehen, übernehmen sie auch deren Perspektive. Indem literarische Texte Ereignisse aus verschiedenen Perspektiven darstellen, ergibt sich für die Leser zudem die Aufgabe der Perspektivkoordination, wenn sie beispielweise die verschiedenen Sichtweisen der Charaktere auf ihren Wahrheitsgehalt überprüfen. Perspektivenübernahme und Perspektivkoordination sind somit Entscheidende Tätigkeiten beim Lesen Literarische Texte. (...) ²¹ (Bredella, 2000: 134)

²¹ Dado que os textos literários apresentam, em primeira instância, ações, os seus leitores não necessitam de capacidades especiais para os entender, senão que podem contar com seus conhecimentos gerais sobre as ações e valores tais como o bem e o mal, justiça e injustiça, beleza e feiura. (...) Isto não significa, entretanto, que seja sempre possível confirmar suas pré-convicções. Pelo contrário, eles procuram alterá-las, e é aí que reside a importância do texto literário para a compreensão do outro. (...) A medida em que o leitor toma parte nos pensamentos e sentimentos dos personagens e vê o mundo através dos olhos destes, eles assumem também a sua perspectiva. A medida em que textos literários apresentam eventos desde diferentes horizontes, se dá, para o leitor, em primeiro lugar o dever de coordenar pontos de vista, quando ele, por exemplo, examina as verdades desses diferentes prismas dos personagens. Uma tomada de perspectiva e a coordenação de perspectivas são, portanto, atividades cruciais na leitura de textos literários.

Vimos que os dois textos oferecem ricas possibilidades para esta discussão, e, ainda no que diz respeito às potencialidades didáticas, podemos sugerir:

- a) Na forma de diálogo entre disciplinas, as obras estudadas servem de suporte para aumentar os conhecimentos geográficos e sociológicos ao relacionar conhecimentos a esta temática: temos no *Memorial do Convento* a alusão a diversos locais, cidades e vilas (Lisboa, Mafra, Pêro Pinheiro, etc.). Em Ponciá Vicêncio, existe a referência à Vila Vicêncio e à roça e também a uma cidade, cujo nome desconhecemos: são exemplos de retratos de diferentes ambientes espaciais, paisagens e aspectos naturais, culturais e sociais.
- b) Do mesmo modo, dando seguimento a uma abordagem interdisciplinar, os dois textos servem como suporte na análise da acontecimentos históricos, tais como o fenômeno da Inquisição e o Santo Ofício; os personagens históricos; a construção do Convento de Mafra no romance português e a escravidão, a abolição e a formação da sociedade no romance brasileiro.
- c) São textos que se oferecem como material autêntico. Neste sentido, é possível apresentar atividades de comparação entre o Português Europeu e o Português Brasileiro, atividade contrastiva que poderá ser estendida aos estudantes de PLE.
- d) Para este último grupo de estudantes, os textos representam uma vantagem a mais, já que servem de *input* para o aprendizado da língua-alvo e para o contato com estruturas gramaticais, particularidades fonéticas e léxico gramaticais, etc.
- e) Para aqueles alunos cuja língua materna é o português, os textos oferecem a possibilidade de praticar a compreensão leitora, trabalhar os elementos básicos da narrativa (tempo, espaço,

personagens, ação, etc.), assim como revisar as estruturas gramaticais.

- f) Estabelecer vínculos de união e de aspectos onde as obras divergem: diferentes autores, diferentes temáticas, distancia temporal e espacial entre os textos, o tom jocoso e irônico do *Memorial* em contraste com o tom poético em *Ponciá Vicêncio* constituem exemplos de diferenciação. Por outro lado, temos como exemplos de paralelismo, além daqueles já apresentados em relação às suas personagens principais, outros aspectos relevantes: a presença do insólito; a discriminação, seja de cunho racial ou religioso; a descrição dos habitantes, seus costumes, festas, etc.

Estes são exemplos de usos em sala de aula que trabalham com as competências específicas de leitura, escrita, compreensão e expressão oral e contribuem para o desenvolvimento de competências transversais de comunicação (tais como componentes linguísticos, análise sociolinguística e de adequação ao contexto, aspectos textuais como coesão e organização retórica, análise da estrutura e dos elementos da narrativa); de desenvolvimento de estratégias de aprendizado (tais como estratégias de leitura, seleção e organização da informação, cruzamento com conhecimentos prévios, desenvolvimento de competências em trabalhos colaborativos, etc.) e de formação cidadã (tais como desenvolvimento de uma visão crítica, de práticas éticas e da cultura do diálogo, etc). A partir destes exemplos é possível planejar uma série de atividades onde se ofereçam oficinas de gramática, leitura e escrita, visando a uma interação das competências comunicativas, com trabalhos individuais ou em grupos que envolvam pesquisa sobre temas abordados, debates, exposição e produção de textos.

A leitura, se assim o podemos expressar, transborda mais além do universo textual, adquirindo outras significações e sentidos no mundo do leitor. O

resultado que daí pode surgir envolve distintas variantes que vão desde discussão acerca de tabus, ideias, opiniões e construtos morais até uma possível relativização da sua própria perspectiva e a possibilidade de alastrar os horizontes, a partir de um balanço entre a própria cultura e a cultura do outro. (Cf. Wack, 2008).

Uma tal abordagem não deve ser confundida ou reduzida à condição banal de um confronto entre bons e maus, opressores e oprimidos. Trata-se sim de pensar divergências e convergências, possibilidades de diálogo a fim de contribuir para a valorização e aprofundamento do ensino de literatura e discutir sua importância na socialização e integração de todos os membros de uma sociedade, posto que é cada vez mais ilusório continuar a encarar o corpo de estudantes como sendo composto de uma população homogênea, oferecendo-lhes um modelo educacional que não condiz com o mundo globalizado em que vivemos. Trata-se, como já viemos dizendo, de questionar categorias e estruturas aparentemente “naturais”, e trata-se igualmente de estender o olhar até mais distante, abrangendo também a periferia. A este respeito, Linda Hutcheon apresenta uma interessante proposição a partir do que ela denomina de “ex-cêntrico”, isto é aquilo que está fora do centro:

O pós-modernismo questiona sistemas centralizados, totalizados, hierarquizados e fechados: questiona, mas não destrói (cf. Bertens: 1986: 46-47). Ele reconhece a necessidade humana de estabelecer a ordem, e ao mesmo tempo observa que as ordens não passam disso: elaborações humanas, e não entidades naturais ou preexistentes. (Hutcheon, 1991: 65).

Cabe assim, como afirma a autora, construir interrogações sobre margens e fronteiras, estatutos que são em última análise conferidos e concedidos pelo sujeito e cabe, insistimos, em questionar valores, atitudes, abordagens e estruturas que são considerados como naturais, que se reproduzem no discurso literário e no nosso dia a dia sem que muitas vezes nos demos conta.

Estamos convictos de que o educador e sua postura de incentivo na concepção de uma estratégia pedagógica da aula da literatura que contemple uma visão intercultural, ajudando a confrontar interpretações, consiste em um dos instrumentos mais poderosos na tarefa de ensino da Língua Portuguesa como base na construção da cidadania, já que uma das tarefas do sistema de ensino é, precisamente, formar cidadãos. Mais ainda, ajudar a construir o processo de identidade: Hall afirma que a identidade constitui-se de um processo em constante andamento, preenchida também pela forma como nos imaginamos vistos pelo outro. (V. Hall, 2006: 39).

Assim, a identidade que basicamente se constrói em meio a toda uma infinidade de diferenças, sejam elas de situação social, cor, etnia ou gênero, etc, deve ser forjada em um ambiente de igualdade em meio a estas diferenças: resguardado o reconhecimento ao respeito de cada e qualquer indivíduo em suas diferenças e singularidades, naquilo que compartilha e tem de comum com os demais, respeitando-se o direito à diferença e à igualdade; todos devem ter condições de ser protagonistas na sociedade em que estão inseridos. Deste modo, os textos literários provam mais uma vez a sua capacidade de brindar contributos em nosso prol, ao oferecer modelos onde esta possibilidade de comunicação intercultural se apresenta.

O docente tem como uma de suas responsabilidades a criação de estratégias de ensino que permitam e promovam a reflexão em relação ao mundo em que vivemos. Uma das perguntas-chave que sugerimos para o norteamento desta tarefa é: de que maneira os textos literários podem aproximar-nos a outras culturas, outras crenças, outras etnias, outros gêneros, enfim, num mundo marcado pelo paradigma da diferença e da alteridade? Concretamente, isto pode se dar, por exemplo, a partir da discussão sobre hipotéticas situações-problema. Em termos práticos, as narrativas que viemos acompanhando exploram questões

de gênero e de etnia que podem ser trabalhados em sala de aula. Alguns exemplos:

- Como os elementos culturais são apresentados na ficção? Ao conhecer o modo de vida dos personagens, suas expectativas, seus sonhos e a realidade em que vivem, o grupo de alunos aprende a confrontar e dilatar seus próprios horizontes e refletir sobre os próprios pré-juízos.
- O grupo pode aprender a comparar suas próprias experiências com as experiências do Outro, tanto as de aspecto pessoal como cultural e social.
- A apresentação de elementos culturais distintos pode prevenir choques culturais, estereótipos e generalizações, superando a percepção “folclorizada” e “exótica”. Por meio de comparações visuais, textuais, representações cênicas, etc, é possível tomar contato com especificidades culturais e também linguísticas.
- O grupo pode alcançar mais facilmente a noção e vivência da alteridade e a compreensão de determinadas situações ao aproximar-se e aprender a valorizar a língua, as práticas culturais, as crenças, os mitos, os códigos simbólicos e as formas de manifestar-se do Outro.
- Ao analisar os discursos presentes na narrativa, o grupo aprende a questionar significados e discutir o que o texto propõe e o que ele esconde; é ainda um trabalho que ajuda a analisar de maneira crítica a reprodução de estereótipos e preconceitos.
- O trabalho com textos literários pode ajudar a “desnaturalizar” práticas sociais que na verdade são construtos, mas percebidos

como naturais perante o inconsciente cultural. Deste modo há um reaprendizado ou pelo menos o aprendizado de olhar sob outra perspectiva.

- Pode ainda ajudar a desenvolver uma consciência social na medida em que se abre a possibilidade de comparar o texto literário com a situação do próprio leitor e do seu entorno.

- Literatura trabalha também como elemento desencadeador da fantasia, neste sentido faz parte também da utopia pois desperta a possibilidade de tornar real uma sociedade humanista, mesmo que apenas no ambiente da escritura, ao acercar-se ao tema das diferenças que unem no universo intercultural. É preciso entretanto tomar cuidado para não acreditar na transcendência da literatura, isto é, confiar na literatura como panaceia universal e sim entendê-la como instrumento; como sabemos, nenhum texto está isento de ideologias. O objetivo não é mascarar diferenças, mas promover uma educação literária que promova a conscientização sobre estas diferenças avançando até o diálogo entre elas.

- Trabalhar a fantasia acena com a possibilidade de criar contra-narrativas. Seria interessante apresentar aos alunos, como atividade educacional, a temática das redações com o intuito de recriar a história da História, na acepção em que nos fala Saramago: “ não é no sentido de corrigir os factos da História (...) [mas] em outras palavras, substituir o que foi pelo que poderia ter sido”. (Saramago, em Arnaut: 2008: 82). Ademais, tal perspectiva oferece a possibilidade de um trabalho interdisciplinar, o que não é de somenos importância, já que a literatura também faz parte da esfera histórico-cultural.

- Em seguimento a esta proposta, é possível promover um questionamento acerca do que é “ex-cêntrico”, conforme a acepção de Linda Hutcheon para se referir aos que são comumente afastados da história oficial e de que forma eles são é ou não mostrados, de forma a assinalar uma pluralidade de cenários sociais. Tudo isto a partir da colocação sobre “quem é representado, como e para quê” e “quem não se faz representado”, de modo que o corpo de alunos tome parte dinamicamente na elaboração de significados.

- Estas atividades devem assentar na percepção que os docentes têm a respeito da diversidade cultural, que podem auxiliar na concepção programática de projetos que contenham leitura crítica e orientada para a promoção de um diálogo positivo entre culturas diferentes. Trata-se então de se pensar mais exatamente qual é o conceito de *educador*. Assumimos aqui uma certa expectativa ética baseada numa tradição e filosofia de cunho humanista que imaginamos (sempre mais ou menos ingenuamente) existir nos que abraçam esta profissão. Como tal, temos uma compreensão de educador como o profissional que atua na construção coletiva de mecanismos justos para a convivência entre diferentes.

- A partir daí, os professores podem também, no papel de educadores, exercer pressão a fim de fazer constar no *currículo* das aulas de literatura obras que versem sobre grupos minoritários, de modo a apresentar e discutir valores como cidadania, equidade, justiça, democracia, etc, e também as causas da exclusão e das desigualdades. É neste sentido, não apenas um projeto de educação voltado para a aquisição de competências culturais, mas

também uma forma de comprometimento social pela educação e pela paz social através da promoção da inclusão.

Chegados a este ponto, é a hora de dedicarmos maior atenção a um importante dispositivo pedagógico, nomeadamente o *currículum*. Como adequar um *currículum* educacional único a um grupo multifacetado, onde minorias antes ignoradas ou de mentalidade não eurocêntrica (como índios, homossexuais, imigrantes, refugiados, mulheres, muçulmanos, indivíduos oriundos de países pobres, etc), ou que ainda permanecem à margem agora passam a integrar a comunidade de estudantes? Que aspectos deverão ser considerados? Tais questões são prioritárias, se quisermos deixar de lado um sistema educacional excludente.

Num contexto tão heterogêneo, é necessário partirmos de pontos comuns: Helmut Essinger formulou alguns princípios, que, apesar de serem gerais – ou até mesmo talvez devido a isto – perfazem a sùmula das discussões sobre a multiculturalidade e o âmbito escolar. São eles:

- Educação para a empatia: Educar para a empatia significa alavancar a capacidade que o indivíduo possui de compreender o outro (identificação com o próximo). Interessante faz-se notar que a empatia, segundo Krappmann (1982: 142) é uma capacidade cognitiva, isto é, que pode ser aprendida.
- Educação para a solidariedade: aproximar-se para o encontro e o diálogo, a fim de cada indivíduo possa contribuir com o fim das injustiças e desigualdades;
- Educação para o respeito intercultural: o que significa não apenas aceitação e convivência pacífica da cultura alheia, mas a abertura ao outro da própria cultura.

- Educação contra o pensamento etnocentrista: a educação contra o julgamento e interpretação a partir dos próprios traços culturais, respeitando o universalismo.

Para atingir estes objetivos de educação, o educador terá um papel importante e como agente mediador neste processo deverá ser capaz de construir uma relação de respeito e confiança na sala de aula. E um dos seus norteadores será o *currículum* a ser aplicado. Tal instrumento não é de modo nenhum secundário, se levarmos em consideração que o *currículum* de uma escola representa o conhecimento tradicionalmente válido e aceite no seio de uma sociedade. O conceito de *currículum* engloba, de acordo com J. Sacristán (2010) tudo aquilo que é potencialmente ensinável e possível de ser aprendido:

[...] el *currículum* se nos presenta como una invención reguladora del contenido y de las prácticas implicadas en los procesos de enseñanza-aprendizaje; es decir, que se comporta como un instrumento que tiene capacidad para estructurar la escolarización, la vida en los centros educativos y las prácticas pedagógicas, pues dispone, transmite e impone reglas, normas y un orden que son determinantes. (Sacristán, 2010).

O *currículum* é, ainda segundo Sacristán, também um instrumento não neutro de conteúdos e, neste sentido, é necessário atentar para que estes conteúdos deixem de refletir uma sociedade majoritariamente capitalista, tecnicista, individualista e conservadora e que passem a prestigiar uma orientação multicultural. Para isso, é importante que os conteúdos estejam voltados para os interesses comunitários; possuam uma ética universalista; abordem as múltiplas inteligências e não apenas aquelas que fazem parte do *currículum* tradicional como o conhecemos atualmente e por fim, incluam atividades que priorizem a socialização e a troca de informações sobre as diferentes culturas.

Tradicionalmente, o *currículum* engloba um projeto cultural, político e

econômico que tende naturalmente a atender aos interesses de determinados grupos sociais, mas, como alerta Freire se “a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante.” (Freire,1997: 122).

O *curriculum* nada mais é do que uma instância reguladora – regula o que se deve aprender e que se deve ensinar - e como tal, faz parte das estruturas de poder. Se a intenção é pensar exatamente estas formas de poder em sua associação/relação com minorias, faz-se necessário um *curriculum* polissêmico, que inclua mais de um viés.

A título de exemplo, no Brasil foram implementadas as leis 10.693/2003 e 11.645/2008, que fazem incluir nos *currícula* escolares o ensino da História e Literatura africana, afro-brasileira e indígena, dando margem a que os alunos possam tomar contato com outro tipo de literatura, que enfoca a história não-única, aquela que permanece à margem do cânone, e que por sua vez deve se refletir no ensino de modo a que direitos já constitucionalmente garantidos possam ter sua prática real e efetiva no ambiente escolar. Lamentavelmente, ainda que a existência destes mecanismos de inclusão já esteja garantida em sua forma normativa, a prática continua a enfrentar desafios, seja pela falta de material didático adequado, seja pelo preconceito institucionalizado, pela falta de formação dos professores, pela intolerância religiosa ou pelo persistência de uma mentalidade preconceituosa. Isto não invalida de modo algum a implementação da referida legislação, mas ao contrário, funciona como argumento que mostra a necessidade inexorável da mesma.

6. CONCLUSÃO

As sociedades atuais se caracterizam por uma ampla diversidade cultural: vivemos em uma época de grandes transformações, de novas exigências do mercado de trabalho internacional, da crescente globalização, da derrubada de fronteiras e de novas crises intensas. Fenômenos como a migração, diferenças culturais, diversidade linguística fazem parte desta dinâmica e são parte da vida de um grupo cada vez maior de pessoas.

É neste contexto que temas como o da interculturalidade passaram a fazer parte do nosso cotidiano: uma sociedade onde convivem diversas culturas deve fomentar a convivência entre elas.

Por outro lado, os tempos atuais evidenciam uma tensão crescente entre escola e sociedade: se por um lado as diretrizes referentes às políticas educativas apontam para um *currículo* de conteúdo renovador e abrangente, a realidade mostra que a difusão do conhecimento ainda se dá de modo anacrônico, que, de fato, não se coaduna com a função social do ensino e a realidade de uma sala de aula diversificada: as minorias continuam a ser encaradas como “o outro”: vemos que a literatura atua muitas vezes da forma que descreve Reis “reforçando a divisão social, inclinando-se a transformar o discurso de uma classe em discurso de toda a sociedade” (Reis, 1992). Sendo assim, faz-se necessária uma ação pedagógica que modifique esta situação. Partimos do entendimento que há a possibilidade de um diálogo de mão dupla entre ficção e ensino.

Entendemos que o sistema educacional, como seu próprio nome indica é um sistema, não uma unidade isolada, e deve funcionar como elemento de interação social, num contexto de promoção da dignidade, da diversidade, observando aquilo que Reis já havia apontado: que por “trás de noções como linguagem, cultura, escrita e literatura, mesmo se não as tratarmos (como seria

mais indicado) em termos históricos e menos abrangentes, se esconde a noção de poder”. Trata-se pois de discutir o estatuto autônomo das mulheres, de reconhecer etnias fundadoras, de pensar a sociedade como formada a partir de um mosaico, cujas peças – os distintos grupos sociais, etnias, gêneros – se justapõem, sem negar o outro. Um dos papéis da educação será então funcionar como gestora das diferenças.

Nosso objetivo neste trabalho foi demonstrar que é possível renovar as práticas pedagógicas, através da adoção de diferentes perspectivas de abordagem do texto. Vimos que tanto em *Memorial do Convento* quanto em *Ponciá Vicêncio*, é possível encontrar marcas de continuidade, mas também de ruptura, gerando a possibilidade de se efetuarem leituras “na contramão”, ou seja, a partir de uma postura mais crítica e reflexiva. Tendo como foco apenas a temática feminina, vimos que tanto José Saramago como Conceição Evaristo mostram uma atitude comprometida ao apresentar suas personagens numa posição que contrasta com o apagamento do feminino. Vimos ainda que de forma anônima e silenciosamente, milhares e milhares de pessoas tradicionalmente marginalizadas vão tecendo a trama da história. Ainda existe uma grande lacuna no ensino no tocante a estas pessoas.

Neste trabalho tivemos como objeto duas minorias sociais explícitas, designadamente, aquelas pertencentes ao gênero feminino e ainda aquela pertencente à população de origem afro. O termo minoria refere-se obviamente não à razões de ordem numérica e sim quanto às relações de representação social em que se configurem formas de discriminação ou exclusão. Evidentemente as reflexões aqui levadas a cabo podem e devem ser estendidas a diversos outros grupos sociais minoritários, compondo a diversidade do discurso.

É possível e necessário construir um novo paradigma de representação, por exemplo ao elencar a participação ativa da mulher e elencar a representação da mulher negra de forma valorativa; são passos fundamentais para se trabalhar

em uma sociedade cada vez mais intercultural, onde a cidadania e o respeito ao outro precisam ser construídos no contexto escolar. Ao investigar as relações de poder, ao desmascarar e expor mecanismos de opressão e exclusão, ao abordar a obra literária desde uma perspectiva crítica, abre-se espaço para um novo horizonte de interpretações e expectativas.

É deste modo que entendemos que o sistema educacional pode contribuir no processo de inserção social não apenas de novas gerações, mas sobretudo de sujeitos plurais, oriundos de diferentes culturas, mas que compartilham – ou deveriam compartilhar – uma condição de cidadania. Para tal, deverá conhecer a realidade do meio social em que atua, respeitar valores, costumes e manifestações sociais de seus membros, educando a que haja o respeito e compreensão para com todas as pessoas, independente de seu sexo, etnia ou condição social.

Seria extrema ingenuidade acreditar que se trata de uma tarefa fácil, dado à complexidade de que o que chamamos de intercultural se compõe e dado em última análise à complexidade que envolve cada ser humano. Tampouco há a garantia de que se chegará a solucionar os problemas que surgem em uma sociedade multicultural, onde cada dia é mais necessário, quer se queira ou não, nos confrontarmos com diferenças. O que indubitavelmente se pode afirmar é que práticas pedagógicas de inspiração social e horizontal, numa perspectiva que funcione de forma inclusiva, podem ajudar decisivamente no quadro de construção de uma cidadania plural baseada na compreensão e no respeito.

7. BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL:

EVARISTO, Conceição (2003): *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza.

SARAMAGO, José (1992): *Memorial do Convento*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.

7.1. BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA:

ADELMAN, Miriam (2006), *Estudos culturais e estudos de gênero: estendendo os olhares*. Em: Cadernos da Escola de Comunicação nº4, Unibrasil. Disponível em: <http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/comunicacao/article/viewFile/60/53> (Online: 12.07.2014).

ALENCAR, José (1997), *Lucíola*. São Paulo: Ática.

ALZIRA SEIXO, Maria (1987), *O essencial sobre José Saramago*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

AMARAL, Ana Luísa (2009), *Novas Cartas Portuguesas 40 Anos Depois*. Disponível em: <http://www.novascartasnovas.com/historia.html> (Online: 01.07.2014).

ARNAUT; Ana Paula (2008), *José Saramago*. Lisboa: Edições 70.

AUAD, Daniela (2008), *Formação de professoras, relações de gênero e sexualidade: um caminho para a construção da igualdade*. Disponível em: <http://cappf.org.br/tiki-index.php?page=G%C3%AAnero%3A+Daniela+Auad+2> (Online: 22.11.2013).

ASSIS, Joaquim Maria Machado de (2008), *Helena*. São Paulo: Elevação.

BOURDIEU, Pierre (2002), *A dominação masculina*. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/22202066/BOURDIEU-Pierre-A-dominacao-masculina> (Online: 06.12.2013).

BREDELLA, Lothar (2000), *Wie ist Fremdverstehen lehr- und lernbar? Vorträge aus dem Graduiertenkolleg „Didaktik des Fremdverstehens“*. Tübingen: Narr.

CABECINHAS, R. & AMÂNCIO, L. (2003), *A naturalização da diferença: Representações sobre raça e grupo étnico*. Comunicação apresentada à III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro /Maison des Sciences de l'Homme, Rio de Janeiro, 2-5 de Setembro de 2003. Disponível em:

http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1598/1/rcabecinhas_lamancio_JIRS_2003.pdf (online: 19.04.2014).

CAMELO, José António e PECANTE, Maria Helena (1984), *O judeu de Bernardo Santareno*. Porto: Porto Editora.

CHARTIER, Roger (2002), *A História Cultural – entre práticas e representações*. Algés: Editora Difel.

CHAUÍ, Marilena (1998), *Janela da alma, espelho do mundo*. Disponível em: [http://search.4shared.com/postDownload/2ZPesQ2G/CHAU M Janela da Alma e Espelh.html](http://search.4shared.com/postDownload/2ZPesQ2G/CHAU_M_Janela_da_Alma_e_Espelh.html) (Online: 10.03.2014).

COELHO, Nelly Novaes (1999), *O discurso-em-crise na literatura feminina portuguesa*. Disponível em: Revista Via Atlântica – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – USP. <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/48738> (Online: 17.01.2014).

DALCASTAGNÈ, Regina (2008), *Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea*. Em: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 87-110. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9620/1/ARTIGO_SilencioEstereotiposRelacoes.pdf (Online: 23.06.2014).

DELUMEAU, Jean (1985), *Angst im Abendland – die Geschichte kollektiver Ängste im Europa des 14. bis 18. Jahrhunderts*. Reinbek/Hamburg: Rowohlt.

DUARTE, Eduardo de Assis (2008), *Literatura afro-brasileira: um conceito em construção*. Disponível em: http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/3101.pdf (Online: 15.08.2014).

DUARTE, Eduardo de Assis (2006), *O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo*. Em: Revista Estudos feministas. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100017 (Online: 21.05.2014).

EVARISTO, Conceição (2005), *Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita*. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.co.at/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html> (Online: 01.03.2015).

FERLA, Luis Antonio Coelho (2005), *Feios, sujos e malvados sob medida – do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-26052005-184255/pt-br.php> (Online: 13.04.2014).

FONSECA, Maria Nazareth Soares (2006), *Literatura Negra, Literatura Afro-Brasileira: Como Responder À Polêmica?* Em: Literatura afro-brasileira. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares.

Disponível em:
<http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/literatura%20afrobrasileira.pdf> (Online: 15.08.2014).

FREIRE, Paulo (1997), *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo (2001), *Política e Educação – Ensaio – Coleção Questões de Nossa Época*. São Paulo: Cortez Editora.

HALL, Stuart (2000), *Quem precisa de identidade?* Disponível em: <http://www.culturaegero.com.br/download/hall.pdf> (Online em: 01.10.2014).

HALL, Stuart (2003), *Da diáspora – Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HALL, Stuart (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*. (Excerto). Disponível em: http://www.4shared.com/document/32zDYY9R/HALL_Stuart_A_Identidade_Cultu.html?locale=pt-BR (Online: 10.04.2014).

HOOBS, Bell (1996), *Sehnsucht und Widerstand: Kultur, Ethnie, Geschlecht*. Berlin: Orlanda Frauenverlag.

HUTCHEON, Linda (1991) *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

KAUFMAN, Helena (1991), *A metaficção histórica de José Saramago*. Em: Colóquio Letras – Fundação Calouste Gulbenkian. <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=120&p=124&o=p> (online 17.04.2014).

KRAPPMANN, Lothar (1982), *Soziologische Dimensionen der Identität: strukturelle Bedingungen für die Teilnahme an Interaktionsprozessen*. Stuttgart : Klett-Cotta.

KRIEG, Peter (1991), “Blinde Flecke und schwarze Löcher. Medien als Vermittler von Wirklichkeiten,” em: Paul WATZLAWICK & Peter KRIEG (Hrsg.), *Das Auge des Betrachters*, München: R. Piper.

LANG, Daniek Welzer et al (2004), *Os Homens e o Masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo*. Em: Masculinidades. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz, Edunisc.

LAURETIS, Teresa de (1994), *A tecnologia do gênero*. Disponível em: <http://de.scribd.com/doc/81873993/A-Tecnologia-do-Genero-Teresa-de-Lauretis> (Online: 27.02.2014).

LIPOVETSKY, Gilles (1997), *A terceira mulher – permanência e revolução do feminino*. Lisboa: Instituto Piaget.

LLEDÓ, Emilio (1999), *El silencio de la escritura*. Madrid: Espasa.

MARINGONI, Gilberto (2011), *O destino dos negros após a abolição*. Em: Desafios do desenvolvimento, Ano 8, Edição 70. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23 (Online: 24.06.2014).

MONTERROSO, Ana Silvia Monzón (2009), *El enfoque multi e intercultural y perspectiva de género en la educación superior: una aproximación*. Disponível em:

http://redejovensigualdade.org.pt/demulherparamulher/recursos/Genero_Interculturalidade_toolkit.pdf (Online em: 01.08.2014).

MUNANGA, Kabengele (2004), “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. Em: André Augusto P. BRANDÃO (Organizador), *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira - Cadernos PENESB n° 5*, Niterói: EdUFF. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%205%20-%20Texto%20Kabenguele%20Munanga.pdf> (Online: 13.04.2014).

MUNANGA, Kabengele (2007), “Apresentação”. Em: Elisa Larkin NASCIMENTO (Autora), *O tempo dos povos africanos – suplemento didático*. Rio de Janeiro: Ipeafro.

NÜNNING, Ansgar (2008), *Metzler Lexikon Literatur- und Kulturtheorie*. Stuttgart – Weimar: Metzler.

OLIVEIRA Cardoso, Luís Miguel (1988): *José Saramago, um prémio Nobel levantado do Chão: uma escrita de subversão na subversão da escrita*. Em: Millenium On-line. http://www.ipv.pt/millenium/pers12_sar.htm (Online 23.04.2014).

ORTIGÃO, Ramalho e QUEIROZ, Eça de (1878), *As Farpas*. Disponível em: Projeto Gutenberg: <http://www.gutenberg.org/files/13092/13092-h/13092-h.htm> (Online: 24.01.2015).

PALMEIRA, Francineide Santos (2010), *Escritoras negras e representações de insurgência*. Em: Fazendo gênero n° 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278265153_ARQUIVO_FrancineidePalmeiraFG9.pdf (Online: 18.01.2014).

PEREIRA, Édimo de Almeida (2009), *O discurso de exclusão do negro no Brasil*. Em: Scripta- Revista do programa de pós graduação do centro de estudos luso-afro-brasileiro da PUC Minas. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4366/4511> (Online: 14.08.2014).

PESSANHA, Márcia Maria de Jesus (2006), “A literatura brasileira e o papel do autor/personagem negro”. EM: Iolanda de OLIVEIRA e Ahyas SISS (Organizadoras), *População negra e educação escolar. Cadernos PENESB n° 5*, Niterói: EdUFF. Disponível em: *Cadernos PENESB n° 5*, Niterói: EdUFF. Disponível em: http://www.uff.br/penesb/images/jdownloads/Publicacoes/penesb7_web.pdf (Online: 05.08.2014).

POESCHL, Gabrielle et al (2004), *Representações da masculinidade e da feminilidade e retratos de homens e de mulheres na literatura portuguesa*. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:674Ru4HZ7m8J:repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56456/2/1431.pdf+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt> (Online: 18.01.2014).

REIS, Roberto (1992), *Cânon*. Em: JOBIM, José Luís, (org.) *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, pp. 65-92. Disponível em: <http://literaturaponto.files.wordpress.com/2011/03/roberto-reis-cc3a2non.pdf> (Online: 18.02.2014).

RICÇEU, Paul (1995), *Teoria da Interpretação*. Porto: Porto Editora.

SACRISTÁN, José Gimeno (2010), *La función abierta de la obra y su contenido*. Em: Revista Electrónica Sinética, n° 34, pgs. 11-43. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=99815691009> (Online em.01.11.2014).

SARAMAGO, José (1997): *Cadernos de Lanzarote*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHMIDT, Rita Terezinha (2008), *Centro e margem: notas sobre a historiografia literária*. Em: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n°. 32. Brasília, julho-dezembro de 2008, pp. 127-141. Disponível em: http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/3210.pdf (Online: 21.06.2014).

SOUZA, Adriana Soares de (2011), *Costurando um tempo no outro: vozes femininas tecendo memórias no romance de Conceição Evaristo*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95939/299736.pdf?sequencia=1> (Online: 25.07.2014).

TAYLOR, Charles (1994), *Multiculturalismo – examinando a política de reconhecimento*. Lisboa – Instituto Piaget. Disponível em: <http://de.scribd.com/doc/229763600/Multiculturalismo-Charles-Taylor> (Online: 25.07.2014).

TYSON, Lois (2006), *Critical Theory today – a user-friendly guide*. New York: Second edition.

WACK, Daniela (2008), *Erinnerungsliteratur im DaF-Unterricht*. Disponível em: http://www.sagv.org.za/edusa/edusa_3-08-2/wackerinnerung_3-08-2.pdf (Online: 01.08.2014)

WEBER, Dietrich (1998), *Erzählliteratur*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert (2010), *História da literatura: questões contemporâneas*. Caxias do Sul: EDUCS.